



Resenha *MIGRAÇÕES NA ATUALIDADE* – Ano 18 – nº 68 – setembro 2007

Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios – www.csem.org.br

**MIGRAÇÕES E CULTURA:
como superar a discriminação?**

EDITORIAL

ITALIANO

[Razzismo fuori legge nell'Ue – 20.04.07](#)

[Hina: uccisa perché "troppo occidentale" – 28.06.07](#)

[Migrazioni: Ferrero richiama all'ordine i media – 05.02.07](#)

[Il camion antidiscriminazione europeo si mette in strada – 24.04.07](#)

[Giornata contro il razzismo: il relatore Onu sull'Italia – 23.03.07](#)

[La Croce Rossa: "Governi si impegnino per gli immigrati" – 30.03.07](#)

[Rom, l'Europa replica a Prodi: "Le regole ci sono, l'Italia le attui"](#)

[Rom, le regole applicate dai Paesi Ue – 13.08.07](#)

PORTUGUÊS

[Brasil - estudantes africanos da UNB são vítimas de incêndio – 29.03.07](#)

[Rússia muda lei de imprensa para combater racismo e xenofobia – 12.03.07](#)

[Pesquisa britânica revela preconceito contra asiáticas e africanas – 15.03.07](#)

[Representante da ONU critica Itália por racismo – 20.03.07](#)

[Brasileiros lideram queixas por discriminação em Portugal – 21.03.07](#)

[Matar mexicanos ilegais é objetivo de jogo online – 28.05.06](#)

[Portugal: Alto Comissário condena campanha contra imigrantes – 29.03.07](#)

[Imigrantes ilegais não são criminosos, diz o Vaticano – 11.07.07](#)

ENGLISH

[Colour at the crossing – 27.01.07](#)

[Government plans to strip Dominican nationality from children of Haitian descent – 08.02.07](#)

[German-Turkish "Generation" Aims to Dispel Stereotypes – 21.05.07](#)

[Dominican Republic: Haitian migrants denied basic rights – 21.03.07](#)

[Sri Lanka: Drop Ban on Mothers Emigrating for Work – 15.03.07](#)

['Hate speech' threatens to unleash ethnic violence in DR Congo – 03.08.07](#)

[UNHCR Note on integration of refugees in the European Union – 11.06.07](#)

[Europe fails the discrimination test – 29.08.07](#)

ESPAÑOL

[Xenofobia y racismo – 22.06.07](#)

[Nueva oleada xenofóbica en EU - 05.05.07](#)

[Enfrentan inmigrantes creciente ola de discriminación, abuso y xenofobia: ONU – 19.12.06](#)

[Discriminación y duros trabajos disminuyen remesas de mexicanos – 09.08.07](#)

[Piden a Bush combatir mito de "inmigrantes criminales" – 02.07.2007](#)

[El Ku Klux Klan resurge en Estados Unidos – 10.02.07](#)

[Centros para migrantes: ¿cárceles? – 24.04.07](#)

[Bandas y racismo – 23.01.07](#)

EDITORIAL

Quando éramos crianças, nos manuais de história, líamos atozes e cruéis narrações de escravidão e servidão, massacres e genocídios, *apartheids* raciais e discriminações, violações hediondas e sistemáticas dos direitos humanos. Em geral, esses eventos do passado nos despertavam repulsão e rejeição. Com o tempo, avaliando de forma mais crítica a realidade em que vivemos, percebemos que o mundo contemporâneo não é tão diferente em relação ao passado. Hoje, talvez, essas violações hediondas sejam um pouco mais dissimuladas ou ideologicamente legitimadas, mas continuam presentes.

Um exemplo é constituído pela *discriminação* de migrantes e refugiados, tema desta Resenha. O termo discriminação, de um ponto de vista etimológico, significa simplesmente “fazer uma distinção”. Isso não é necessariamente negativo: tratar de forma diferente pessoas diferentes às vezes é necessário, como, por exemplo, no caso de pessoas com deficiência, pessoas idosas, doentes, crianças etc.

Os problemas surgem quando a distinção ocorre entre pessoas cujas diversidades não justificam um tratamento diferenciado. Assim, por exemplo, a *Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e seus Familiares* define o critério de “não discriminação em matéria de direitos” como o dever dos Estados de “respeitar e garantir os direitos previstos na presente Convenção a todos os trabalhadores migrantes e membros da sua família que se encontrem no seu território e sujeitos à sua jurisdição, sem distinção alguma, independentemente de qualquer consideração de raça, cor, sexo, língua, religião ou convicção, opinião política ou outra, origem nacional, étnica ou social, nacionalidade, idade, posição” (Art. 7).

Em regra, a discriminação pode ser *direta* ou *indireta*. A primeira ocorre quando existem normas, políticas públicas ou práticas que favorecem determinados segmentos sociais por razões de gênero, raça, etnia, religião, classe, opinião política ou nacionalidade. Os casos de discriminação

direta são os mais graves, mas também os mais visíveis e, neste sentido, mais fáceis de questionar e transformar.

Já a discriminação indireta é mais sutil, mas, justamente por isso, mais difícil de se detectar e eliminar. De acordo com um recente relatório da OIT (Organização Internacional do Trabalho) – *La igualdad en el trabajo: afrontar los retos que se plantean* (2007) – a discriminação indireta acontece quando “ciertas normas o prácticas aparentemente neutras tienen efectos desproporcionados en uno o más colectivos determinables, y ello sin justificación alguna” (OIT, n. 28).

Ao tratar da discriminação indireta, o relatório da OIT cita o caso específico das trabalhadoras domésticas migrantes: “puede considerarse como una forma de discriminación indirecta el trato diferenciado de algunas categorías específicas de trabajadores traducida en menores prestaciones sociales o remuneraciones. La protección jurídica inferior que en todo el mundo tiene el personal doméstico, integrado principalmente por mujeres mal retribuidas, pertenecientes a minorías étnicas o raciales y a menudo extranjeras, se ha reconocido como forma de discriminación indirecta por motivos de clase, género, raza o condición de migrante” (OIT, n. 30).

Nessa última definição fica claro mais um aspecto: a discriminação, por vezes, é *cumulativa*, ou seja, nasce da junção de diferentes fatores, como a nacionalidade, a raça, a etnia de origem, o sexo, a classe social, a religião etc. Os migrantes, nesta ótica, estão numa situação de extrema vulnerabilidade, pois, por serem oriundos de outra terra, em geral, reúnem vários destes fatores, além de serem discriminados pelo fato de residirem de forma irregular no país.

No entanto, cabe sublinhar, de forma clara e contundente, que a xenofobia não é algo “natural”, “inevitável”. Não seria exagerado afirmar que existe uma verdadeira “indústria da xenofobia” ou “da discriminação” que visa alimentar sentimentos e comportamentos discriminatórios e xenófobos a fim de vulnerabilizar os estrangeiros e torná-los mais submissos e dóceis para a exploração trabalhista. Para isso, cria-se um “clima xenófobo” ou “discriminatório” gerado por lideranças políticas, sociais e religiosas, e veiculado pela mídia. O pior dessa situação é que os próprios migrantes correm o risco de internalizar essa ideologia e justificar os abusos que recebem pelo fato de serem estrangeiros e residirem de forma irregular. É um sentido de culpa que se acrescenta, não raramente, a muitos outros, sobretudo ao abandono da pátria e da família.

Não é fácil apontar soluções. Sem dúvida é necessária *vontade política* (e *econômica*) para estabelecer sérias e eficazes políticas de integração, que resultem em caminhos de desmistificação dos estereótipos criados ao redor da imagem do estrangeiro. Em vários relatórios de organismos multilaterais aponta-se a *reunião familiar* como um mecanismo importante de integração e, ao mesmo tempo, de mudança da imagem “aterrorizante” do estrangeiro. Ademais, a *educação* representa o caminho prioritário, sobretudo a educação em matéria de direitos humanos, interculturalidade e mundialização.

Em conclusão, fazemos nossas as palavras da “Declaração de Durban”, da “Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância”: “Reafirmamos el derecho soberano de los Estados a formular y aplicar su propio régimen jurídico y políticas de migración, y afirmamos asimismo que esas políticas deben ser congruentes con los instrumentos, normas y principios de derechos humanos aplicables y deben estar formuladas de modo que se asegure que no están contaminados por el racismo, la discriminación racial, xenofobia y las formas conexas de intolerancia (n. 47). [TOP](#)

Razzismo fuori legge nell'Ue

Accordo tra i 27 per punire i reati di xenofobia e negazionismo. Ma ogni Stato ha ampia discrezionalità

Elvio Pasca

LUSSEMBURGO - Dopo cinque anni di difficili negoziati, i paesi dell'Ue hanno raggiunto un accordo che mette fuori legge razzismo, xenofobia e negazionismo.

Il testo approvato ieri a Lussemburgo dai 27 ministri della giustizia Ue prevede l'applicazione di sanzioni minime comuni. Da uno a tre anni di prigione sono previsti per l'"incitazione pubblica alla violenza o all'odio contro un gruppo di persone o un membro di tale gruppo, definito rispetto alla razza, il colore, la religione, l'ascendenza, l'origine nazionale o etnica".

Analoghe sanzioni dovranno essere applicate all'"apologia pubblica, la negazione o banalizzazione grossolana dei crimini di genocidio, contro l'umanità e crimini di guerra", definiti come tali da un'"alta giurisdizione internazionale", come ha fatto con l'Olocausto il Tribunale di Norimberga o con il massacro di Srebrenica il Tribunale Penale Internazionale.

Questo però non vuol dire che diventerà automaticamente reato in tutta l'Ue scrivere una saggio che nega la shoah o sventolare bandiere con svastiche e croci celtiche. Venendo incontro alle richieste di Gran Bretagna e Irlanda e Paesi Scandinavi, preoccupati di tutelare la libertà di espressione, il testo lascia ai singoli Stati la possibilità di "scegliere di punire solo le condotte esercitate in modo da rischiare di turbare l'ordine

pubblico, oppure ingiuriose, insultanti o minacciose".

"Siamo riusciti a dire la parola finale, non ci saranno più paesi dell'Unione in cui si potranno ripetere azioni di intolleranza etnica o di antisemitismo, purtroppo un fenomeno molto sviluppato. Ora vigileremo sul monitoraggio della trasposizione nazionale" ha commentato il vicepresidente della Commissione Ue Franco Frattini, sottolineando che l'accordo riesce a conciliare "la punibilità dell' incitamento all'odio con la libera espressione del pensiero"

I paesi baltici avrebbero voluto inserire nell'accordo anche i crimini dello stalinismo nel testo. Alla fine si è arrivati a una dichiarazione in cui vengono deplorati "tutti i crimini" dei regimi totalitari, con la previsione che in futuro venga riesaminata necessità di legiferare su questo punto.

Secondo Frattini, "è molto importante la decisione di una rilettura dei crimini delle due grandi dittature, quella nazista e quella comunista. A richiesta di paesi che hanno tanto sofferto per questo ho offerto l'organizzazione di un'audizione pubblica europea che si terrà prima nei paesi baltici, in una delle capitali, e poi in Slovenia durante la presidenza slovena dell'Ue". **TOP**

Fonte:
<http://www.stranieriinitalia.it/news/razzismo20apr2007.htm> - 20.04.07

Hina: uccisa perché "troppo occidentale"

Udienza preliminare in tribunale a Brescia per i responsabili dell'uccisione di Hina Saleem, la giovane pakistana uccisa perché troppo occidentale. Davanti al Palazzo di giustizia centinaia di donne, italiane e arabe hanno organizzato una manifestazione contro tutte le violenze. Hina, è vittima dell'ignoranza di chi non conosce l'Islam, ha detto l'imam di Torino

Abdellah Mechnoune. "Noi condanniamo questo fatto - ha aggiunto l'imam di Torino - Hina era libera di scegliere e vivere a suo modo. In Marocco, a Casablanca o Marrakech, le ragazze vestono anche in modo occidentale, non è proibito. Sono qui per dire no alla violenza e no agli integralismi. La cultura occidentale è aperta come quella del vero Islam". L'imam ci tiene a

sottolineare che Hina è morta per colpa di fanatici integralisti. L'Islam, dunque, non c'entra nulla. "Hina è solo vittima dell'ignoranza di suo padre - ha detto l'imam - una persona chiusa caricata da altri, che ha subito gli insegnamenti di fanatici integralisti".

Per far sì che drammi come questo non si ripetano l'imam che lavora a Torino ed è anche ambasciatore di Pace UPM Onu, partecipa a numerosi incontri con i musulmani nelle scuole e nelle moschee. "Andiamo a portare questo messaggio - ha concluso - ma devo ammettere che troviamo delle difficoltà perché non sono aperte per noi tutte le moschee". Fuori dal tribunale un gruppo di donne ha esposto uno striscione con la scritta: "Io sono Hina".

E' presente anche l'on. Daniela Santanché, presidente dei circoli D-Donna ed esponente di An. Sono di orgoglio, ma nello stesso tempo di tristezza i sentimenti della parlamentare che, da tempo, ha intrapreso una campagna per ricordare Hina, per il cui omicidio sono imputati il padre e tre suoi parenti. "E' una giornata storica - ha commentato l'on. Santanché prima dell'inizio dell'udienza preliminare - perché, per la prima volta, vediamo insieme l'imam di Torino e le donne musulmane che vogliono costituirsi parte civile". "Allo stesso tempo, però - ha proseguito - è una giornata triste, perché in aula c'è un padre che ha ucciso la figlia e con la sua famiglia non mostra alcun segno di pentimento.

Un ognato, addirittura, rideva quasi volesse sbeffeggiarci. In aula c'è un'atmosfera irreale". Secondo la ricostruzione dell'accusa, il delitto maturò dopo il cosiddetto "consiglio di famiglia" durante il quale la ragazza fu condannata per i

suoi costumi troppi liberi. Il fidanzato di Hina, un giovane bresciano, ha manifestato l'intenzione di costituirsi parte civile "In Marocco le ragazze portano pantaloni e minigonna. In Italia, all'interno di alcune comunità, siamo indietro di 10 anni", ha detto Souad Sbai, presidente di Acmid-Donna, l'associazione di donne marocchine in Italia che sta cercando di costituirsi parte civile.

Il corpo della ragazza venne scoperto il 12 agosto scorso, in seguito a una segnalazione, sepolto nel giardino di casa a Sarezzo, dai carabinieri. A chiamarli era stato il fidanzato italiano della ragazza, preoccupato perché non aveva più notizie di lei dal giorno prima. Hina, infatti, era stata sgozzata la sera dell'11 agosto. I carabinieri nei giorni successivi arrestarono quattro persone per il delitto. I sospetti, del resto erano caduti subito sui familiari poiché, in casa, il giorno del ritrovamento del corpo, non era presente nessuno di loro.

Le settimane successive all'arresto furono caratterizzate dalla battaglia legale, che vide da un lato Tempini dall'altro la famiglia di Hina, sul luogo in cui celebrare i funerali. "Non me la portano via" disse più volte il fidanzato, mentre la famiglia aveva espresso l'intenzione di celebrare i funerali in Pakistan. La procura di Brescia stabilì quindi che i funerali non si sarebbero celebrati, per l'eventuale necessità di ulteriori accertamenti sul corpo. Hina è ora sepolta nell'area riservata ai fedeli islamici del cimitero Vantiniano di Brescia. Tgcom [TOP](#)

Fonte: [http://gazzettadimantova.repubblica.it/notizie-dal-web/dettaglio/Hina:-uccisa-perche-troppo-occidentale-\(Cenerentolasiribella\)/1375110](http://gazzettadimantova.repubblica.it/notizie-dal-web/dettaglio/Hina:-uccisa-perche-troppo-occidentale-(Cenerentolasiribella)/1375110) - 28.06.07

Migrazioni: Ferrero richiama all'ordine i media

Il ministro della Solidarietà sociale invoca "un'informazione più obiettiva" sui temi dell'immigrazione

"L'informazione deve essere più obiettiva, non si può parlare di migranti solo quando c'è un fatto di sangue". Il ministro della Solidarietà sociale, Paolo Ferrero, durante una tavola rotonda promossa dal suo dicastero, torna a stigmatizzare il "pregiudizio negativo" dei mass media nei confronti degli immigrati. "Il pregiudizio negativo- spiega Ferrero- fa sì che la normalità non citata non venga presupposta" e dunque "tre

milioni di persone che mangiano, bevono, studiano, si divertono, sembrano non esistere" perché di immigrati si parla sui giornali, o in tv, solo se sono "delinquenti o eroi".

Di qui l'invito alla stampa a modificare "l'occhio con cui guarda al migrante". In questo senso, e' "utilissimo", secondo il ministro, che "la categoria degli operatori dell'informazione rivisiti il codice

deontologico e lo faccia vivere al suo interno". Sostegno da Ferrero, anche all'ipotesi di un monitoraggio costante, interno alla categoria, delle inesattezze piu' gravi e frequenti sulle tematiche relative ai migranti. "Si tratta di un

problema non pedagogico - conclude il ministro - ma di correttezza dell'informazione". [TOP](#)

Fonte:
<http://www.vita.it/articolo/index.php3?NEWSID=76521> - 05.02.07

Il camion antidiscriminazione europeo si mette in strada

Strasburgo, 25.04.2007 - Il camion antidiscriminazione europeo inizia oggi a Strasburgo il suo viaggio che lo porterà ad attraversare l'Europa. La tournée volta a promuovere la diversità e le pari opportunità per tutti prenderà il via dalla sede del Parlamento europeo. Il camion visiterà 19 paesi percorrendo più di 18 000 km.

Questa piattaforma mobile di informazione visiterà centri cittadini, università, fiere del lavoro ed eventi pubblici per informare i cittadini sui loro diritti in materia di parità di trattamento e per promuovere l'Anno europeo delle pari opportunità per tutti che si celebra nel 2007.

Vladimir Špidla, Commissario europeo incaricato dell'occupazione, degli affari sociali e delle pari opportunità, assieme a Pierre Moscovici, Vicepresidente del Parlamento europeo e Martine Roure, relatore dell'assemblea per l'Anno europeo 2007 inaugureranno oggi il camion antidiscriminazione dell'UE innanzi alla sede di Strasburgo del Parlamento europeo. Il camion promuove la campagna "Per la diversità – Contro le discriminazioni" e trasporta messaggi chiave dell'Anno europeo 2007 delle pari opportunità per tutti.

Vladimir Špidla sottolinea come la tournée incoraggi la discussione con i cittadini sui vantaggi legati alla diversità. "Non dobbiamo aspettare che la gente venga da noi, siamo noi a dover andare dalla gente. Il camion antidiscriminazione europeo farà la sua comparsa sulle piazze dei mercati, davanti alle scuole, nelle fiere del lavoro e in occasione di eventi culturali per informare i cittadini sui loro diritti in materia di pari opportunità. Questo è un mezzo efficace per avere un contatto diretto con i cittadini europei." ha ribadito il Commissario Špidla.

La normativa antidiscriminazione dell'Unione europea è tra le più avanzate al mondo. Solo un terzo però dei cittadini conosce i propri diritti nel caso dovesse diventare vittima di discriminazione. Il 64% degli europei ritiene che la discriminazione sia diffusa nel loro paese mentre il 51% pensa che non si faccia abbastanza per lottare contro la discriminazione.

Il camion fornisce una piattaforma per le ONG e per le persone vittime di discriminazione. Coloro che non avrebbero altrimenti nessuna opportunità di far presente la loro situazione possono ora far sentire la loro voce. Inoltre, grazie alla partecipazione attiva di autorevoli membri del Parlamento europeo in qualità di oratori e di animatori di panel di discussione, l'evento inaugurale darà un forte rilievo alla tournée. I parlamentari che si troveranno presenti sulla tribuna e in mezzo al pubblico, diffonderanno il messaggio dell'Anno europeo nei loro collegi elettorali.

L'inaugurazione dell'evento a Strasburgo comprenderà una discussione con la stampa, l'apertura del "parco di abilità", una discussione di gruppo con il Commissario Špidla e un premio per gli studenti che hanno fatto prova di abnegazione. Il "parco di abilità" interattivo sensibilizzerà le persone sulle barriere che i disabili si trovano ad affrontare nella vita quotidiana. I visitatori sono invitati a utilizzare una sedia a rotelle per superare ostacoli quali curve, passaggi stretti, gradini e un piano oscillante. Saranno anche invitati a identificare suoni, odori e oggetti quotidiani usando capacità sensoriali decurtate.

La tournée 2007 del camion toccherà la città di Szeged il 31 maggio per presenziare a un evento studentesco, sarà a Madrid il 29 giugno per il

festival della diversità, farà la sua comparsa a Saarbrücken il 29 luglio per la giornata gay della Christopher Street, arriverà il 2 settembre a Dublino per il torneo di hurling e sarà a Roma nell'ottobre 2007 per una conferenza sulla diversità nel mondo degli affari e non mancherà la "carovana delle regioni" a Bruxelles.

Il giro consentirà agli ospiti di partecipare a un'ampia gamma di attività diverse divenendo

anch'essi parte della campagna europea "Per la diversità – Contro le discriminazioni". Per ulteriori informazioni sull'Anno europeo 2007 delle pari opportunità per tutti si rinvia al sito <http://equality2007.europa.eu>. [TOP](#)

Fonte: <http://www.stop-discrimination.info> - 24.07.07

Giornata contro il razzismo: il relatore Onu sull'Italia

Il Relatore Speciale delle Nazioni Unite su razzismo, discriminazione sociale e xenofobia presenta il suo Rapporto sulla situazione italiana: critiche alla Bossi-Fini

Il Relatore Speciale delle Nazioni Unite, incaricato di valutare i fenomeni del razzismo, della discriminazione sociale e della xenofobia, Doudou Diène, ha effettuato una visita in Italia dal 9 al 13 ottobre scorso, e ha presentato ora il suo rapporto sulla situazione nel nostro Paese. Nel quadro da lui tracciato emerge l'esistenza di fenomeni di razzismo e di discriminazione a danno delle comunità nomadi e di talune categorie di immigrati.

Il Relatore Speciale ha trovato particolarmente allarmante l'informazione ricevuta in merito agli episodi di schiavizzazione nel settore agricolo, alla situazione delle donne migranti, alle condizioni di lavoro - precarie e fino ai limiti dell'abuso - dei lavoratori domestici, nonché l'alta incidenza della prostituzione. Egli ha anche lamentato l'assenza di accordi bilaterali con la comunità musulmana, vittima, fra l'altro, di atteggiamenti di particolare diffidenza se non di ostilità.

Diène ha anche fortemente criticato l'approccio della Legge Bossi-Fini che a suo parere ha posto l'accento più sulla sicurezza che sulla razionalizzazione del meccanismo dei flussi e sull'integrazione dei migranti. La legge prodotta dal precedente Governo - come ha esplicitamente fatto notare il Relatore Speciale dell'ONU - ha finito con l'esercitare addirittura un effetto

contrario rispetto alle necessità di integrazione e di dialogo interculturale, contenendo i sé meccanismi tesi a criminalizzare taluni segmenti della comunità degli immigrati nel nostro Paese.

In questo quadro il Relatore Speciale ha tuttavia osservato anche l'emergere di fattori e tendenze positivi nel combattere le dinamiche del razzismo, della discriminazione e della xenofobia nell'ambito della società italiana, riflesso in una chiara volontà politica del nuovo Governo italiano per combattere questi fenomeni.

Nelle conclusioni del suo rapporto il Relatore Speciale dell'ONU ha sottolineato la correttezza della linea d'azione intrapresa dal nuovo Governo italiano, che rappresenta la premessa per riportare il nostro Paese nel contesto indicato dalla Comunità Internazionale, uscendo dall'isolamento in cui era stato confinato dall'approccio repressivo adottato dal precedente Governo, cui si sono spesso aggiunte le prese di posizione di stampo razzista di alcune forze politiche della precedente maggioranza. Il Relatore Speciale aveva discusso della situazione dell'immigrazione in Italia durante l'incontro avuto a ottobre a Roma con il Ministro della Solidarietà sociale Paolo Ferrero. [TOP](#)

Fonte: <http://www.vita.it/articolo/index.php3?NEWSID=78270&H=xenofobia> - 23.03.07

La Croce Rossa: "Governi si impegnino per gli immigrati"

Conferenza Mediterranea - "La discriminazione può essere vinta solo con la formazione delle comunità locali e dei giovani che devono divenire veri e propri mediatori culturali"

ROMA - La Conferenza Mediterranea della Croce Rossa chiede che il dramma dei migranti sia all'attenzione dei Governi, della società civile e degli operatori umanitari internazionali.

E' il messaggio - fa sapere la Croce rossa italiana - emerso nel corso della decima Conferenza Mediterranea che si sta svolgendo, fino al 31 marzo, ad Atene. Il Movimento, in particolare, ha manifestato il proprio impegno a favore dei migranti, in termini di risposta umanitaria, assistenza, sostegno, integrazione e lotta alla discriminazione.

"Ancora una volta - ha commentato il presidente della Cri, Massimo Barra - il mondo della Croce

Rossa è più avanti del mondo della politica nella costruzione di un processo di cooperazione e di pace in tutte le zone più a rischio del mondo".

Sull'esperienza italiana, Barra ha tenuto a sottolineare "l'impegno della Cri nei Cpt e sulle spiagge del nostro paese 24 ore su 24. Anche se la lotta contro la discriminazione e la xenofobia può essere vinta solo con la formazione delle comunità locali e dei giovani che devono divenire veri e propri mediatori culturali, per permettere ad altri giovani, migranti, di inserirsi e farsi una nuova vita nei Paesi di accoglienza". [TOP](#)

Fonte:
<http://www.stranieriinitalia.it/news/crocerossa30mar2007.htm> - 30.03.07

Rom, l'Europa replica a Prodi: "Le regole ci sono, l'Italia le attui"

La replica del ministero dell'Interno: «Le direttive Ue attuate nel 2003»

Le norme europee sull'integrazione delle minoranze etniche e razziali ci sono già, solo che - ammesso e non concesso che queste potessero salvare la vita ai bambini rom di Livorno - l'Italia non le ha ancora applicate e, se non lo farà entro il 27 agosto prossimo, rischia di essere deferita proprio per questo alla Corte di Giustizia europea.

È questa la risposta della Commissione europea, attraverso Katharina von Schnurbein, portavoce del commissario per gli Affari sociali Vladimir Spidla, alle dichiarazioni del premier Romano Prodi, secondo cui il problema dei rom non può essere affrontato solo a livello nazionale. In seguito alla morte di 4 bambini a Livorno, von Schnurbein ha ricordato come «per l'integrazione dei Rom e delle altre minoranze etniche in Europa si è fatto molto e ci sono regole molto chiare» e come «sta agli Stati membri, compresa l'Italia, rispettarle e attuarle in pieno».

Sulla questione si sta aprendo però un confronto tra Roma e Bruxelles, poichè il Viminale afferma che la direttiva, promossa dalla Commissione Prodi, è stata attuata come previsto nel 2003, ma

è ora oggetto di rilievi in sede Ue su aspetti che non riguardano specificamente i Rom.

Il Viminale comunque riconosce che «in relazione ai rom è vero che l'Italia non ha riconosciuto loro i diritti delle minoranze, che la nostra legge conferisce alle sole minoranze linguistico-territoriali», ma precisa che da mesi è in corso un lavoro proprio su questo tema, in collaborazione con i rappresentanti del popolo Rom.

La portavoce della Commissione stamane ha affermato invece che il 27 giugno scorso la Commissione ha inviato un richiamo formale a 14 Stati membri - fra cui l'Italia - per l'insufficiente trasposizione nei loro ordinamenti interni della direttiva del 2000 (che andava trasposta entro il 2003, ndr) che proibisce la discriminazione sulla base dell'origine etnica o razziale. Ai paesi, ossia Italia, Spagna, Svezia, Repubblica ceca, Estonia, Francia, Irlanda, Gran Bretagna, Grecia, Lettonia, Polonia, Portogallo, Slovenia e Slovacchia, sono stati concessi 2 mesi, fino al 27 agosto, per rispondere. In caso contrario la Commissione potrà ricorrere alla Corte di Giustizia europea.

Per Bruxelles, l'Italia è carente sotto tre punti di vista. Il primo è la mancanza di condivisione del cosiddetto «onere della prova», in base al quale non solo la persona discriminata deve dimostrare di aver subito una discriminazione, ma anche la persona 'discriminante' è tenuta a provare di non aver operato discriminazioni.

Il secondo punto è una «limitata protezione contro le ritorsioni» e una «non corretta definizione del maltrattamento per motivi razziali». Per von Schnurbein, inoltre, «bisogna fare di più per integrare minoranze etniche come i rom nel mercato del lavoro», poiché «spesso non ci sono programmi specifici».

In molti Stati membri «il popolo rom rimane molto discriminato», ha ribadito la portavoce. Infatti,

secondo un rapporto pubblicato dal Centro europeo di monitoraggio su razzismo e xenofobia alla fine del 2006, gli 8 milioni di rom e gitani presenti in Europa sono i principali bersagli di discriminazione, segregazione e attacchi razzisti.

I rom sono «particolarmente vulnerabili» alle politiche di segregazione, soprattutto per quanto riguarda l'istruzione, al punto che nella Repubblica Ceca, in Slovacchia e in Ungheria è consentita l'esclusione dei bambini rom dal sistema scolastico normale. [TOP](#)

Fonte:

<http://www.lastampa.it/redazione/cmsSezioni/politica/200708articoli/24692girata.asp> - 13.08.07

Rom, le regole applicate dai Paesi Ue

Un popolo di 36 milioni di persone, in Italia si stima siano 120 mila

MILANO - I Rom sono la popolazione più discriminata d'Europa. Lo rivela il Rapporto annuale della Commissione europea contro il razzismo e le intolleranze presentato al Parlamento Europeo il 23 novembre 2005.

L'Italia, sulla base dei dati dei Rapporti del Consiglio europeo, non ha una politica ben precisa sulla gestione dei Rom. In particolare, mancano disposizioni precise in materia di documenti d'identità e di soggiorno, contrariamente a quanto accade negli altri Paesi dove le popolazioni nomadi hanno la carta di soggiorno e passaporti.

Nel mondo gli zingari sono 36 milioni. La Romania è il Paese con il maggior numero di gitani: l'ultimo censimento ufficiale del 2002 registra una minoranza che si aggira tra il milione e 200mila e i due milioni e mezzo. Seguono Bulgaria, Spagna e Ungheria a pari merito (800mila), Serbia e Repubblica Slovacca (520mila), Francia e Russia (tra i 340 e 400mila), Regno Unito (300mila), Macedonia (260mila), Repubblica ceca (300mila), Grecia (350 mila). L'Italia è al quattordicesimo posto con una stima, ufficiosa, che si aggira sui 120mila.

Ecco cosa accade in alcuni di questi Paesi.

- FRANCIA: ha adottato un modello che si muove tra l'accoglienza e la tolleranza zero. Da una parte la legge Besson (la prima versione risale al 1990, una successiva è del 2000) che prevede che ogni comune con più di cinquemila abitanti sia dotato di un'area di accoglienza; dall'altra il provvedimento dell'allora ministro dell'Interno Nicolas Sarkozy che nel febbraio 2003 ha previsto (articoli 19 e 19 bis della legge sulla sicurezza interna) sanzioni dure contro le infrazioni allo stazionamento: chi non rispetta le regole dei campi e dell'accoglienza è cacciato in maniera definitiva, mentre chi occupa abusivamente un'area può essere arrestato e il suo mezzo sequestrato.

Secondo la legge Besson i campi rappresentano una soluzione temporanea ma, contemporaneamente, la stessa legge prevede un programma immobiliare di case da concedere in affitto ai manouche stanziali oltre a terreni familiari su cui poter costruire abitazioni per alcune famiglie in condizioni molto precarie. Nella regione di Parigi sono stati creati campi per 560 posti in dieci anni e in tutto il territorio francese ce ne sono 10 mila, un terzo di quelli necessari. Ma molti nomadi vivono in case popolari e in vecchi quartieri. Pagano affitto, luce e acqua. In Francia è raro vedere zingari ai semafori o per strada. È vietata l'elemosina e l'accattonaggio. Recente-

mente Sarkozy, sempre como ministro dell'Interno, ha sottoscritto un piano con la Romania per il rimpatrio dei rom romeni.

- GERMANIA: I 130 mila circa tra Rom e Camminanti sono considerati per legge «minoranza nazionale». Hanno diritti e doveri. A partire dagli anni Sessanta, la Germania ha accolto gran parte di rom in fuga con un progetto di welfare. Sono state assegnate loro case in palazzine popolari, hanno avuto il sussidio per il vitto, è stata data loro la possibilità di lavorare con l'obbligo di rispettare la legge, pena l'espulsione.

- SPAGNA: Ha una delle comunità nomadi più popolose e in Europa occupa il terzo posto dopo Romania e Bulgaria con 800 mila presenze. Dalla fine degli anni Ottanta il governo ha messo a punto un Programma di sviluppo per la popolazione rom con un budget annuale di 3,3 milioni di euro a cui si aggiungono i finanziamenti delle singole regioni e delle ong. Nella penisola iberica ogni regione ha un Ufficio centrale che coordina gli interventi e le politiche per gli zingari in cui lavorano funzionari del governo affiancati da rom. Non esistono quasi più campi nomadi, quasi tutti (chi non lavora ha un sussidio di circa 700 euro al mese per sei mesi) vivono in affitto

nei condomini popolari o in case di proprietà, nelle periferie e nelle città. Nonostante il livello di integrazione sia alto, il tasso di criminalità non è molto calato negli anni, soprattutto per quanto riguarda furti e spaccio di droga. Sono zingare il venti per cento delle donne detenute nelle carceri spagnole.

Negli ultimi mesi nelle periferie delle grandi città si è ripresentato il problema delle baraccopoli e favelas rimesse in piedi dai neo arrivati, i rom della Romania. La Spagna vanta, fino a questo momento, l'unico europarlamentare gitano: Juan de Dios Ramirez Heredia, è stato rappresentante dell'Osservatorio europeo contro il razzismo e la xenofobia e nel 1986 ha fondato la Union Romani, federazione della associazioni gitane spagnole.

- SERBIA: Conta 600mila rom ufficiali, esclusi quelli che non si possono identificare perché partiti negli anni e ora in giro per l'Europa senza documenti. Ha accettato in Parlamento due deputati dei partiti delle minoranze gitane, l'Unione dei rom e il Partito dei rom. [TOP](#)

Fonte:
http://www.corriere.it/Primo_Piano/Cronache/2007/08_Agosto/13/rom_regole_ue.shtml - 13.08.07

Estudantes africanos da UNB são vítimas de incêndio

Vândalos ateiam fogo à porta de quatro apartamentos de alunos africanos. Instituição garantirá novas instalações e segurança

Por volta das 3h30 da madrugada de quarta-feira, 28 de março, vândalos atearam fogo à porta de quatro apartamentos de alunos africanos na Casa do Estudante Universitário (CEU) da Universidade de Brasília (UnB). Os moradores da CEU acordaram assustados e sufocados pela fumaça que tomou conta de todo o prédio.

Assustada, a formanda em Ciências Sociais da UnB Mbalia Queta, 28 anos, conta que ela e três colegas de quarto foram socorridas por outros estudantes, já que não conseguiam abrir a porta em chamas. “Viemos para o Brasil para estudar, não para morrer. Se não tivéssemos ajuda, tudo poderia ser pior porque tinha um botijão de gás ao lado da porta”, lamenta Mbalia.

“Ficamos traumatizados com a situação. Não temos mais tranquilidade para andar por aqui”, reclama a recém-formada em Letras-Inglês pela UnB Racky Sy, 30 anos, também moradora da CEU. Formando em Ciências Sociais da UnB, Lenine da Silva, 24 anos, não conteve as lágrimas. Indignado com o atentado, o estudante afirma esperar da UnB as providências necessárias para garantir a segurança dentro do campus.

“Isso é xenofobia. Alguém poderia ter morrido. A situação ficou muito séria porque passou da fase de ameaças e de bate-boca”, lamenta Silva. A universidade tomou providências imediatas: reforçou a segurança na CEU; lacrou os locais de incêndio para que a perícia fosse feita; acionou as polícias Federal e Civil e garantiu nova moradia e segurança para os estudantes atingidos.

Ação criminosa

O decano de Assuntos Comunitários da UnB, Reynaldo Tarelho, descarta a possibilidade de crime racial, mas afirma que aguardará até a conclusão dos inquéritos policiais. “Como professor universitário, não posso acreditar que esse seja o motivo”, destaca o decano.

Ele ressalta que a maior importância, nesse caso, é garantir a segurança dos estudantes e impedir que atos como esse aconteçam novamente. “Caso seja comprovado que foi alguém de dentro da universidade, haverá processo disciplinar que pode resultar em expulsão dos culpados”, destaca Tarelho. Os estudantes atingidos serão transferidos para alojamentos da UnB localizados na Colina.

O procurador-geral da UnB, José Weber Holanda Alves, afirma que o incidente será apurado tanto

na instância penal como nas civil e administrativa. Na primeira, a ação pode ser considerada como tentativa de homicídio ou terrorismo. “Identificados os autores, eles também terão de pagar pelo prejuízo ao patrimônio público e, se forem estudantes da universidade, passarão por processo disciplinar e poderão ser expulsos da instituição”, reforça Alves.

Para o reitor da UnB, Timothy Mulholland, há claros indícios de que essa foi uma ação criminosa. “Além da investigação criminal, que corre fora da UnB, a própria universidade fará uma sindicância para apurar os culpados e as causas”, afirma o reitor. Texto: UnB Agência. [TOP](#)

Fonte: <http://www.mundonegro.com.br/noticias2/?noticiaID=835> – 29.03.07

Rússia muda lei de imprensa para combater racismo e xenofobia

Para o Parlamento russo, basta proibir que a mídia publique a nacionalidade e etnia, assim como a raça e religião, de envolvidos em episódios criminosos para acabar com o racismo crescente no país.

Por isso os deputados de Moscou, por meio de uma proposta do partido Rússia Unida (que apóia o presidente Vladimir Putin) aprovaram um apelo a seus colegas da Duma (Câmara Baixa do Parlamento russo) para fazer uma emenda ao artigo 4º da lei de imprensa, estendendo a proibição também ao jornalismo online.

O objetivo, segundo publicado hoje no jornal "Vremia Novostei", é de fazer um noticiário policial sem referências étnico-geográficas, para não alimentar o sentimento de ódio e o preconceito contra os não russos, principalmente caucasianos, asiáticos e negros, alvos constantes de agressões e assassinatos por parte de grupos criminosos de ideologia nacionalista e de extrema direita.

Na Rússia, segundo estatísticas, a população de skinheads é a mais numerosa do mundo, com mais de 50 mil membros e simpatizantes e o apoio de setores da imprensa.

No ano passado, os autores da proposta, todos do partido Rússia Unida, haviam citado as ondas de violência xenófoba em regiões ainda tranquilas da Rússia como exemplo de um efeito negativo provocado por referências étnicas da imprensa.

O presidente da Duma de Moscou, Vladimir Platonov, citando o artigo 26 da Constituição russa, disse que ninguém pode ser obrigado a revelar a própria nacionalidade e a informação jornalística que contenha tal dado constituirá uma violação de direitos garantidos constitucionalmente.

O Rússia Unida defende com veemência a proposta. "Se for aprovada a emenda, isso impedirá a discórdia nacional", comentou o deputado Mikhail Moskvina-Tarkhanov. "A emenda garantirá a construção de uma sociedade sem conflitos", disse seu colega, Igor Eleferenko.

Nem todos concordam com o "atalho" para combater o racismo. Serguei Mitrokin, de um partido de oposição, sugeriu "começar não pela imprensa, mas pela polícia". [TOP](#)

Fonte:

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u105411.shtml> - 12.03.07

Pesquisa britânica revela preconceito contra asiáticas e africanas

As mulheres britânicas de origem afrocaribenha e asiática enfrentam mais barreiras na hora de adquirir um emprego do que as suas compatriotas brancas e são discriminadas em um terço dos casos, segundo um relatório publicado nesta quinta-feira no Reino Unido.

A pesquisa, realizada pela Comissão de Igualdade de Oportunidades, concluiu que as britânicas de origem paquistanesa e afrocaribenha encontram mais dificuldades para encontrar trabalho ou ser promovidas do que as brancas. Elas também são mais discriminadas do que as brancas de mesma origem social, em determinados tipos de emprego, apesar de suas qualificações.

O relatório, intitulado "Subindo de Cargo: Mulheres de Minorias Étnicas no Trabalho", é considerado o mais extenso no assunto. Ele trata sobre a situação de emprego entre britânicas de minorias étnicas e raciais, e revelou que não há mulheres de origem asiática ou afrocaribenha em pelo menos um terço dos postos de trabalho do país.

A Comissão fez um pedido aos políticos e aos empregadores do país para "se atualizarem" com relação à diversidade na Inglaterra e para fazerem mais para mudar a cultura de discriminação nas fontes de emprego.

Jenny Watson, encarregada do relatório, afirma que as mulheres das minorias étnicas "são tão ambiciosas quanto suas colegas brancas e muito preparadas para exercer qualquer trabalho, mas seguem sofrendo muita discriminação na hora de serem contratadas".

A secretária do governo para as Comunidades, Ruth Kelly, admitiu que mulheres negras e de origem asiática sofrem preconceito, porém ela garante que o governo está trabalhando para evitar a cultura de segregação. "Como autoridade e como empregadores, devemos fazer mais e atuar mais rápido para solucionar o problema", disse ela, que faz parte dos Trabalhistas britânicos. [TOP](#)

Fonte:

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u105502.shtml> - 15.03.07

Representante da ONU critica Itália por racismo

Na Itália há uma incidência representativa de racismo contra os ciganos e contra alguns grupos de imigrantes, informou nesta terça-feira o Ministério da Solidariedade Social. A afirmação veio do enviado da Organização das Nações Unidas (ONU) à Itália, Doudo Diene.

Durante uma visita feita à Itália em outubro do ano passado, Diene mostrou-se preocupado com as informações que recebeu sobre os casos de escravização no setor agrícola, assim como sobre as condições de trabalho precárias dos imigrantes --especialmente as mulheres-- e do trabalho doméstico. Ele relatou também uma alta incidência de prostituição entre as imigrantes.

O enviado da ONU lamentou que não existem acordos entre as autoridades italianas e a comunidade muçulmana, vítima de "atitudes de desconfiança, e até de hostilidade".

De qualquer forma, Diene observou o surgimento de fatores e tendências positivas contra a dinâmica do racismo, da discriminação e da xenofobia na sociedade italiana, reflexo da "vontade política do governo para combater esses fenômenos", destacou a ONU. [TOP](#)

Fonte:

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u105677.shtml> - 20.03.07

Brasileiros lideram queixas por discriminação em Portugal

Os imigrantes brasileiros são os que mais se queixam de discriminação em Portugal. Segundo as estatísticas da Unidade de Apoio à Vítima Imigrante e de Discriminação Racial e Étnica (Uavidre), 32,4% dos processos abertos no ano passado foram por reclamações de brasileiros. Seguem-se os cabo-verdianos, com 12,6% e os angolanos com 9%.

Atualmente, estão legalizados em Portugal cerca de 90 mil brasileiros --o equivalente a 18% de um total de 500 mil estrangeiros vivendo legalmente no país. No entanto, estimativas extra-oficiais indicam que o número de brasileiros seja pelo menos 50% superior ao dos legalizados.

Carla Amaral, diretora da Uavidre --uma parceria entre o Alto Comissariado para a Imigração e as Minorias Étnicas, do governo português, e a ONG Associação Portuguesa de Apoio à Vítima-- , informa que em 2006 foram contabilizadas 577 queixas. Apenas na sede, foram 249, contra 139 do ano anterior.

"Muitas vezes, as pessoas que vêm até nós não caracterizam a situação como discriminação. É o caso de mulheres brasileiras que aparecem na Associação de Apoio à Vítima reclamando de violência doméstica, grande parte das vezes por parte de companheiros ou maridos portugueses", diz Carla.

"Quando perguntamos por que não mudam de casa, dizem que tentam, mas quando chegam para ver o imóvel, não alugam porque são brasileiras."

Leis portuguesas

Segundo a diretora da Uavidre, a moldura penal para discriminação com base na nacionalidade é diferente da aplicada para a discriminação racial.

"A discriminação racial é criminalizada, é um crime julgado em tribunal que pode dar uma pena de um a oito anos. A discriminação com base na nacionalidade é uma infração, que é avaliada por uma autoridade administrativa e pode resultar em multa", explica.

De acordo com Carla Amaral, há apenas um registro de condenação por discriminação racial num tribunal português.

Para Gustavo Behr, presidente da Casa do Brasil de Lisboa, a mais antiga associação de imigrantes de Portugal, é impossível saber o faz com que os brasileiros sejam os que mais apresentam queixas de discriminação, numa proporção muito maior do que a percentagem de brasileiros no total de imigrantes.

Ele arrisca, porém, que o fato de falarem o mesmo idioma seja um facilitador. "É a maior comunidade imigrante em Portugal, mas também por ter a mesma língua há uma percepção de que podem apresentar queixa, que existe a possibilidade de recorrer." [TOP](#)

Fonte:
<http://www1.folha.uol.com.br/folha/bbc/ult272u61657.shtml> - 21.03.07

Matar mexicanos ilegais é objetivo de jogo online

Atirar contra mexicanos que tentam entrar ilegalmente nos Estados Unidos, particularmente quando se trata de uma mulher grávida com dois filhos. Este é um dos principais objetivos de um novo video game lançado na internet, em meio ao debate sobre a imigração nos Estados Unidos. "Há apenas um único e simples objetivo neste jogo: não se pode deixá-los entrar (pela fronteira entre o México e os Estados Unidos), não importa a que preço!", diz o anúncio do

video game, cujo nome, Patrulha da Fronteira, vem com as cores verde, branca e vermelha, que compõem a bandeira mexicana.

Em um deserto repleto de cactus, o jogador se transforma em um guarda de fronteira. Armado com uma pistola, ele deve matar quantos ilegais for capaz. Os alvos contra os quais deve atirar são claramente descritos: a "mulher coelha" é uma mulher mexicana, grávida e com dois filhos, o "nacionalista mexicano" é um homem armado

até os dentes, e o "traficante de drogas" aparece com um carregamento de folhas de maconha.

O violento jogo termina com a pergunta: "Então, Paco, conseguiu o green card?", em alusão ao documento de residentes nos Estados Unidos. Várias organizações de defesa dos direitos humanos se manifestaram contra o video game. Para Gabriela Lemus, da Liga de Cidadãos Latino-americanos Unidos (Lulac, na sigla em inglês), os criadores deste tipo de jogo "apresentam o mexicano e o negro como traficantes de drogas.

Tratam-no como um criminoso, o que é por si só deplorável. Mas aqui é diferente, atacam pessoas inocentes como a mãe grávida e seus filhos". Segundo ela, este tipo de video game "faz de você um objeto, tira a sua humanidade" e "incita o ódio". O videogame foi lançado na internet por sites racistas e homófobos que "rotulam grupos específicos, como as mexicanas, de 'coelhas'", avalia Peter Vorderer, professor de Comunicação e Psicologia em Los Angeles (Califórnia, oeste), para quem o jogo é um veículo para o "racismo".

Este tipo de jogo racista sempre existiu, mas Patrulha da Fronteira se "integra pouco a pouco

à atualidade por causa do debate" existente no país sobre a imigração nos Estados Unidos, disse. Estima-se que 12 milhões de ilegais vivam nos Estados Unidos. O presidente americano, George W. Bush, disse nesta terça-feira que seis milhões de pessoas foram detidas desde 2001 tentando cruzar a fronteira entre o México e os Estados Unidos.

Um acordo bipartido, apoiado por Bush e por uma maioria no Senado, propõe aumentar a segurança fronteiriça, conceder vistos de trabalho temporários a estrangeiros, bem como legalizar e abrir caminho à cidadania a parte dos ilegais que vivem no país há mais de dois anos. O acordo está parado no Senado desde 7 de abril, mas vários legisladores esperam conseguir um compromisso para votá-lo antes do fim de maio.

Este debate deverá ser ajustado em seguida com um duro projeto de lei, aprovado em 2005 pela Câmara dos Representantes, que se limita a criminalizar ilegais e reforçar as fronteiras. (AFP) **TOP**

Fonte: http://tecnologia.terra.com.br/interna/0,,OI982445-EI4802_00.html – 28.05.06

Alto Comissário condena campanha contra imigrantes

O Alto Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas, Rui Marques considerou profundamente ofensiva, não apenas para os imigrantes mas também para os portugueses, a campanha contra a imigração que o PNR lançou hoje em Lisboa.

Rui Marques considerou que esta campanha é profundamente ofensiva, não só para os 400 mil imigrantes que diariamente constroem conosco o país, mas também para a memória histórica dos portugueses. O Alto Comissário acrescentou que ser português não é ser xenófobo.

O Partido Nacional Renovador (PNR) anunciou hoje o início de uma campanha contra os imigrantes em Portugal, afirmando que não se podem apoiar políticas que promovam a imigração enquanto "houver Portugueses a viver na miséria".

A campanha incluiu a colocação de um cartaz no Marquês de Pombal, em Lisboa, em que se apela à saída dos imigrantes. O cartaz, com a imagem de José Pinto Coelho, líder do PNR, e uma faixa onde se lê "Portugal aos Portugueses", proclama "basta de imigração - nacionalismo é solução" e apresenta uma imagem de um avião em voo com a legenda "façam boa viagem"

Rui Marques, que hoje presidiu a uma reunião da comissão permanente da Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial para analisar este assunto, considera que este tipo de iniciativas prejudica o trabalho diário de integração dos imigrantes em Portugal, que estão a ser alvo de uma campanha xenófoba e racista.

Para o Alto Comissário continuar a trabalhar para que os portugueses sejam sensíveis à causa do acolhimento é a melhor forma de responder a

este tipo de iniciativas. Apesar de sublinhar que o PNR tem pouca expressão em votos, Rui Marques considera, no entanto, que a existência deste tipo de discurso é preocupante.

O Alto Comissário lembrou ainda que discursos racistas e xenófobos existem em todo o mundo e que no estrangeiro atingem os portugueses. [TOP](#)

Fonte:

<http://www.agencia.ecclesia.pt/noticia.asp?noticiaid=44588>
– 29.03.07

Imigrantes ilegais não são criminosos, diz o Vaticano

Os imigrantes em situação irregular ou sem documentos não podem ser tratados como criminosos, defende o Vaticano. Segundo o secretário do Conselho Pontifício para os Migrantes e Itinerantes (CPMI), a dignidade humana está acima do "estatuto legal" e deve ser sempre respeitada.

O Arcebispo Agostino Marchetto falava na abertura do Fórum Global sobre as Migrações e Desenvolvimento, convocado pelo Governo da Bélgica, em Bruxelas, de 9 a 11 deste mês.

D. Marchetto propôs a resolução do problema das migrações irregulares "melhorando a cooperação internacional para desencorajar a clandestinidade com um maior número de canais legais para a imigração".

"Os imigrantes, além de serem respeitados, devem ver garantida a sua liberdade, o direito a viver dignamente, a receber um justo tratamento

no trabalho, a ter acesso à educação e saúde e aos outros benefícios sociais, a desenvolver a própria capacidade, a crescer do ponto de vista humano, a manifestar livremente a sua cultura e a pôr em prática sua religião", disse o secretário do CPMI.

Por outro lado, os migrantes "têm o dever de respeitar a identidade e as leis do país no qual residem, de lutar por uma justa integração (não assimilação) na sociedade que os acolhe e de aprender a sua língua".

O Arcebispo Marchetto reiterou um pedido do Papa aos governos de todo o mundo para que ratifiquem a convenção internacional sobre a protecção dos direitos de todos os trabalhadores migrantes e das suas famílias. [TOP](#)

Fonte:

<http://www.agencia.ecclesia.pt/noticia.asp?noticiaid=48632> -
11.07.07

Colour at the crossing

Gary Younge

One morning several years ago, an MP's secretary agreed to meet me off a train in rural Wales and take me to her boss for an interview. The train arrived on time and about 15 people got off, leaving just me standing there. A middle-aged woman remained looking straight through me for what seemed like an age before it occurred to her that the black man with whom she was sharing the platform might just be the Guardian journalist she was supposed to be meeting. She said she was expecting someone taller.

I was reminded of that incident last August as I crossed into the US from the Mexican border

town of Palomas. I was travelling with a photographer - a white Mexican with dual Spanish citizenship who, unlike me, did not have a visa to work as a journalist in the US. I thought there would be a problem. I didn't realise the problem would be me.

The border guard arranged for dogs to sniff my belongings and other guards to search my hire car, while she checked out my visa, asked me where I was born so many times I could barely remember, and made me explain every stamp in my passport. Meanwhile the visa-less photographer had been waved through. Finally,

when she had run out of fingers to fingerprint, she had to concede the possibility that I might actually be the foreign correspondent I claimed to be. Maybe she thought I should be taller.

The Home Office report, *Exploring the Decision-Making of Immigration Officers*, published last week, provides further evidence of what most non-white travellers have long known to be true. That the practice of profiling on the basis of race, ethnicity and religion persists at borders around the world. Compared with all the strip-searching, deportations and interrogations that go on, I have got off lightly. My granny was once questioned for more than three hours after arriving from Barbados. They wanted to know, among other things, whether she was coming to work. "Do you cut cane here too?" she asked.

These abuses are not systematic. According to the report, British immigration officers say they base their decisions on "instinct" or "intuition" about people who "look the part". On further inspection these sixth senses turn out to be total nonsense - a grab-bag of "received wisdom" constructed from stereotypes that are anything but wise. "American ladies who've got loads of jewellery on . . . their hair is perfect . . . their makeup is perfect and their clothes are really nice" apparently get their approval. Young women in "white stilettos and short skirts", however, could be prostitutes.

But the abuses are systemic. For what looks like an individual's hunch is little more than the accumulated weight of assumption, presumption and prejudice, entrenched by global economics and sustained by local politics. Capital, we are told, must flow freely around the world to ensure international prosperity.

The trouble is, this prosperity remains elusive to many in a world where about half the people live on less than \$2 a day and the rules of international trade are weighted against the poor. Facing hunger and destitution, the poor move in search of work. But when they seek to gain access to the wealthiest countries - the very ones that created the rules that keep them poor - the doors are closed. Politicians desperate to galvanise popular support at home argue not for correcting the global inequalities in wealth but instead for stiffer immigration laws to keep the poor out. Since most, but by no means all, of these impoverished people are not white, racism

almost inevitably informs and infects these immigration laws and the debate that surrounds them.

By the time it gets to the gatekeepers, the damage has largely been done. What immigration officers describe as instinct is, in truth, little more than playing the odds. "We're making decisions based on . . . a balance of probability," said one immigration officer. In other words they correctly intuit that there is a greater likelihood that non-white travellers will be poorer than white travellers, and so stop them more often.

So non-white travellers fall foul not of the law of the land but the law of probabilities. The result is a vastly disproportionate number of black and Asian travellers who are stopped for questioning because on some level they "do not look the part". Non-white South Africans are 10 times more likely to be subjected to further questioning, and non-white Canadians nine times more likely, than their white countrymen.

The authors of the report insist that this has nothing to do with racism, insisting instead that socioeconomic factors play a key role. In other words these people weren't more likely to be stopped because they were black but because they were poor and therefore more likely to be seeking work or drawing on public funds.

There are two main problems with this conclusion. First, it isn't true. Not only do the researchers provide no evidence for their conclusion, but the evidence they do provide suggests the contrary. When the figures were adjusted to take occupation into account, the discrepancy widened dramatically for all but the Americans. Non-white South Africans became 18 times more likely to be stopped, and non-white Canadians 13.5 times.

Moreover, when translated into sterling, the mean income of a black Canadian is almost double that of a white South African. Yet a black Canadian is four times more likely to be stopped than a white South African. Their efforts to understand race and class separately in this manner effectively lead to a complete misunderstanding of both.

Second, even if it were true, it is still wrong. For if the barriers to entry into the West are racist in practice, they are avowedly and unashamedly classist in intent. "For some immigration officers,

credibility is essentially a matter of economics," states the report. In this particular respect the officers are really just doing their job: actively excluding poor people who it seems no longer have the right to travel around the West with dignity and without suspicion.

The basic right to the freedom of movement was championed as one of the central criticisms of the eastern bloc. But as soon as the wall came down we built another huge one to replace it. True, in Europe we are gradually and grudgingly expanding its perimeters; but most of the world remains on the other side of it - and the wall is getting higher. Politics once kept people in; now economics keeps them out.

For the wealthy, however, it is a different matter. The report claimed that immigration officers have learned to "no longer . . . ask a well-travelled

American businessman how much money he has brought with him or for details of his bank balance".

So the man most likely to steal your pension walks through without a word, while the one most likely to flip your burger or clean your house hugs the bottom of trains because legitimate means of entry are barred. So much for global citizenship.

So long as there are nation states, there will be borders and immigration laws to regulate them. The least we can do is drop the pretence that these laws are fair. They are not designed to discriminate between people, but against them.

[TOP](#)

Fonte:

<http://www.guardian.co.uk/guardianweekly/story/0,,1998446,00.html> – 27.01.07

Government plans to strip Dominican nationality from children of Haitian descent, Jesuits say

The Jesuit Service for Refugees and Migrants (SJRM) denounced that some government agencies plan to strip the Dominican nationality from thousands of children and minors of Haitian ancestry, with which a massive persecution against Haitian immigrants could begin in the Dominican Republic.

"It concerns us that they are counting children and young Dominicans of Haitian ancestry, as well as those who are not Haitian," states in a document released yesterday Wednesday the SJRM, of the Company of Jesus, a religious congregation of the Catholic Church.

According to the document, signed by the priests Jose Núñez and Regino Martínez Bretón, if those alleged plans are carried out it would be a flagrant violation by the negation of those children's rights to a name and a nationality, aside from constituting an international scandal,

that the Dominican Government doesn't recognize its own citizens.

The document points out that several days ago the media published a report on a alleged probe by the National Investigations Department (DNI), for the Central Electoral Board (JCE), on alleged forgery of cédulas, adding that from the conclusions made public, "more than one million Haitians have managed to obtain fraudulently, with the "assistance" of NGOs, churches and international organizations, birth certificates and electoral identity cards (cédulas)."

"In view of this, the SJRM believes that it's important to stress some elements that are derived from that conclusion of the report, attributed to that intelligence organism," it states.

[TOP](#)

Fonte:

<http://www.dominicantoday.com/app/article.aspx?id=22257> - 08.02.07

German-Turkish "Generation" Aims to Dispel Stereotypes

The focus is often on crime and violence when German media report on Turkish youth. A group of young Turkish-Germans are trying to dispel those stereotypes.

Seda Serdar

"It's important to us to promote a more positive picture of Turkish people in society," said 17-year-old Ramia Özal, a member of the "DeuKische Generation," whose name is composed from a mix of the words Deutsch (German) and Turkish. "And that's why we've decided to set up this association."

The DeuKische Generation has around 100 members, 30 of whom are very active. Though most of the members are Turkish between the ages of 15 and 30, more and more German youth are showing an interest in them, the group said.

They plan to run television commercials that play with stereotypes as well as organize a fair to help parents whose German skills are poor to register their kids for sports and music clubs, something they might otherwise have difficulty doing.

Language seen as key

Many of the group's members say that not speaking German, or not speaking it well, is one of the biggest problems for Turkish immigrants and their children. Others say the educational system is too rigid and makes it hard for immigrant children to integrate themselves into German society.

Taha Baskan, a 21-year-old, said the language tests to become a German citizen were too difficult and that, in general, the hurdles to becoming German were too high.

"The citizenship laws should be relaxed to encourage integration, because one of the clearest signs of that is having a German passport," he said.

Way of the future

Besides having German language skills, applicants for citizenship must have lived legally in Germany for at least eight years. They may not have a criminal record and must show they can financially support themselves and their families.

In any case, a multicultural society is the way of the future, said Zeynep Balazümbül, one of the founders of "DeuKische Generation," adding that she hoped Germany would become one in the next 30 years.

"That is actually the only future I see for the country, because we are an essential part of this society," Balazümbül said. "We are here to stay. We belong here and it's become our home." [TOP](#)

Fonte: <http://www.dw-world.de/dw/article/0,2144,2544259,00.html> - 21.05.07

Dominican Republic: Haitian migrants denied basic rights

(Santo Domingo) Deep-rooted racial discrimination against Haitian migrants living in the Dominican Republic is causing arbitrary mass deportations and the denial of birth certificates to thousands of children, according to a new study published by Amnesty International on International Day for the Elimination of Racial Discrimination.

"From the workplace to the streets, Haitian migrants living in the Dominican Republic are at the very bottom of the social ladder. They and their Dominican-born children are being denied the most basic rights before the eyes of the

Dominican state and society," said Gerardo Ducos, Amnesty International researcher on the Caribbean.

At least half a million Haitians live in the Dominican Republic, working in the agriculture and construction sectors. Fleeing the poverty of their homeland, they undertake poorly paid and arduous jobs.

Between 20,000 and 30,000 Haitians are expelled from the Dominican Republic every year, in most cases, without any judicial oversight. Deportations are so arbitrary that even Dominican nationals have been expelled from

their own country because they “look like Haitians”.

On 4 January 2006, Matilde, an 8-year-old girl, was seized by officials in the streets of Santo Domingo. She was slapped across the face twice, hard enough to make her mouth bleed. She was then taken to a detention centre for irregular migrants, without being allowed to contact her parents, and held overnight. She was only saved from being expelled to neighbouring Haiti when a local human rights organization proved she was a Dominican national. Officials had assumed she was Haitian and in the country without legal permission because she was black.

Amnesty International's report also revealed that racial discrimination prevents Dominicans of Haitian descent from obtaining birth certificates. Without a birth certificate, Dominicans of Haitian descent are unable to study beyond primary level or claim an identity card when they become 18, barring them from the formal job market and from voting.

Eduardo was born in the Dominican Republic. He is 42 years old but doesn't have a birth certificate or any form of identification because his parents are Haitians. His four children also lack any form of identification, despite having been born in the Dominican Republic. For Eduardo to even apply for a birth certificate he would have to pay a fee of US\$ 147 – more than a month of the family's income – but even then the government could refuse to give him one.

“The Dominican Republic must take action to protect the rights of Haitian migrants and their Dominican children. It is their legal responsibility to do so,” said Gerardo Ducos.

Amnesty International called on the Dominican authorities to end arbitrary expulsions of Haitian migrants and discriminatory policies that prevent Dominicans of Haitian descent from obtaining Dominican nationality. [TOP](#)

Fonte: <http://news.amnesty.org/index/ENGAMR270042007> - 21.03.07

Sri Lanka: Drop Ban on Mothers Emigrating for Work

(New York, March 15, 2007) – The Sri Lankan government's proposed regulation banning mothers of young children from migrating abroad for work discriminates against women and endangers the welfare of their children, Human Rights Watch said today.

On March 7, Sri Lanka's ministerial cabinet approved a proposal by the Minister for Child Development and Women's Empowerment that would ban women with children under 5 years of age from emigrating for work. The regulation would also require mothers with children aged 5 or older to obtain approval from a government committee after submitting proof that they can provide appropriate caretakers for their children.

Human Rights Watch called on the Sri Lankan government to withdraw the regulation, which has not yet been implemented.

“This policy blatantly discriminates against women and threatens the well-being of their children,” said LaShawn R. Jefferson, director of the Women's Rights Division at Human Rights Watch. “It would prevent many mothers from

supporting their children by banning them from the only form of work they can find.”

Sri Lanka has obligations under its constitution and international law to protect women from discrimination, including in employment. The Sri Lankan Constitution provides, in article 12, that no citizen may be discriminated against on the basis of sex.

International human rights treaties to which Sri Lanka is a party also ban discrimination against women. The Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women, which Sri Lanka ratified in 1981, requires states to eliminate discrimination against women in the field of employment, including by providing the right to free choice of profession and employment.

More than 660,000 Sri Lankan women are working as domestic workers abroad. To support themselves and their families, many Sri Lankan women migrate to the Middle East on temporary contracts as domestic workers. The majority of Sri Lankan migrant workers are women and their remittances make valuable contributions to the

country's economy. In 2006, workers' remittances amounted to US\$2.2 billion, representing Sri Lanka's second-highest form of foreign-exchange earnings and equivalent to over 9 percent of the country's gross domestic product.

While remittances are critical to Sri Lanka's economic strategy for poverty reduction, the Sri Lankan government has expressed concern about the social impact of migration on children who are unable to accompany their mothers abroad. In a press release issued on March 8, the government justified the policy on the grounds that migrant women's children "have become helpless and vulnerable, and lack nutrition and healthcare."

In October and November, scores of migrant domestic workers interviewed in Sri Lanka told Human Rights Watch that they migrate because

of financial necessity and that their children's survival depends on incomes earned abroad.

"If the Sri Lankan government is genuinely committed to improving the well-being of migrant workers' children, it should set up social-service programs to identify and address those needs," said Jefferson. "Stopping mothers from earning a living abroad will not result in improved care for their children back home."

Human Rights Watch urged the Sri Lankan government to rescind the policy immediately. The Sri Lankan government should also consult with migrant, community, and women's groups to enhance economic and educational opportunities for women so that domestic workers can migrate based on choice rather than desperation. [TOP](#)

Fonte:

<http://hrw.org/english/docs/2007/03/14/slanka15485.htm> - 15.03.07

'Hate speech' threatens to unleash ethnic violence in DR Congo – UN

3 August 2007 – The United Nations peacekeeping mission in the Democratic Republic of the Congo ([MONUC](#)) today spoke out against incitements to ethnic violence in the country and called on the authorities to take action against those responsible.

MONUC "is gravely alarmed at the rising incidence of hate speech at political rallies, in news publications, TV and radio commentaries, especially in Kinshasa and the eastern provinces," the mission said in a statement.

"Incitement to hatred, xenophobia and repeated references to ethnic or tribal differences threaten to tear apart communities already struggling with the harsh realities of recurrent armed conflict," it warned.

A community radio station in Moba, in the Katanga province, recently began to air false rumors to the indigenous population that Congolese Tutsis were to be resettled by the UN in their region from refugee camps abroad, according to MONUC, which said this led the people of Moba to ransack the local UN office "in a well-orchestrated early-morning assault."

Four UN military observers were wounded, and some 21 UN staff had to be evacuated from the region. To prevent further escalation, the Mission called on the DRC authorities to investigate those responsible for the rise in hate speech and tribal hatreds and hold them accountable for their acts.

In a separate development, MONUC announced today that it has suspended five civilian staff members for "procurement irregularities" following an investigation by the UN Office of Internal Oversight Services ([OIOS](#)).

That probe led the Department of Management and the Department of Field Support to dispatch a high-level team to the DRC to address the OIOS findings and recommendations, and to "advise the UN Mission on an action plan to implement the recommendations for strengthening internal control measures and ensuring continuity in MONUC's procurement activities," spokesperson Farhan Haq said. [TOP](#)

Fonte:

<http://www.un.org/apps/news/story.asp?NewsID=23418&Cr=drc&Cr1=> - 03.08.07

UNHCR Note on integration of refugees in the European Union

This is a summary of what was said by UNHCR spokesperson William Spindler – to whom quoted text may be attributed – at the press briefing, on 11 May 2007, at the Palais des Nations in Geneva.

On the occasion of an informal meeting of European Union ministers responsible for integration organized by the German EU Presidency in Potsdam, Germany on 10-11 May, UNHCR has published a Note containing a number of recommendations on how to help integrate refugees in the European Union.

As part of its mandate to assist countries in fulfilling their obligations towards asylum seekers and refugees, UNHCR recently conducted a series of assessments in several EU countries to identify the main obstacles to the integration of refugees and other people in need of international protection.

These obstacles include insufficient knowledge of local languages and differing cultures, lack of understanding within host societies of the specific situation of refugees, and discrimination and unreceptive attitudes towards foreigners, as well as the psychological impact of protracted inactivity during asylum procedures.

Limited access to rights was also identified as an obstacle to the integration of people who have been granted subsidiary protection. UNHCR has consistently advocated for the same rights and integration possibilities to be accorded to these persons as to those who have been recognized as refugees under the 1951 UN Refugee Convention. Their need for international protection is equally compelling and frequently as long in duration as that of refugees.

In the case of asylum seekers, reception policies should be designed to minimize isolation and

separation from host communities, as well as to provide for effective language and vocational skills development and assistance to pursue employment.

Such an approach would build on individual skills and resources and empower asylum seekers and refugees to become active members of society, thus increasing their chances of successful integration in the host country or reintegration in their own country upon return. Employment provides the individual not only with an income but also with independence, social status, and recognition.

Accommodation which allows for relations to be built with the host community is also important for future integration. Detention, even if for a short period of time, can have lasting effects on individuals and on their ability to adjust to and integrate in the host society, particularly in the case of children and traumatized persons.

Collective reception centres, while meeting the asylum seekers' immediate housing needs, may have the effect of isolating them from host communities. Frequent changes of place of residence exacerbate instability and hinder active participation of children at school.

Although some of the integration challenges faced by refugees apply also to immigrants, UNHCR encourages EU Member States to develop integration policies which take into account the particular needs of refugees, asylum seekers and beneficiaries of subsidiary protection. [TOP](#)

Fonte: <http://www.unhcr.org/news/NEWS/46443d965.html> - 11.06.07

Europe fails the discrimination test

EU Parliamentarians were informed Monday that racism and xenophobia persist across the 25 member states. The European Union Agency of Fundamental Rights (FRA) publicized a special report indicating how discrimination toward minorities and migrants is evident in employment, education, housing and violent crimes.

European Union member states still display racial and xenophobic discrimination in the areas of employment, housing and education, according to the "Report on Racism and Xenophobia in the Member States of the EU" presented at the European Parliament on Monday by the European Union Agency for Fundamental Rights (FRA).

In a significant number of EU member states, research describes widespread experiences of discrimination in housing amongst migrants and the Roma, as well as limitations in their right of equal access to education, and higher vulnerability to unemployment.

The report on racism and xenophobia in the EU was the first published since the creation of the FRA in March 2007, following the extension of the mandate of the European Monitoring Centre on Racism and Xenophobia (EUMC).

Jannis Dimitrakopoulos, Head of Research Unit at the FRA, told the Turkish Daily News that there are still problems in the key areas of social life, including housing, education and employment. "Although there is a growing awareness of the problem of discrimination, particularly in employment, what is becoming clearer and clearer, is that Member States need urgently to improve the educational achievement of minority pupils and address problems in housing," he said.

Discrimination at the work place:

One indicator of labor market inequality quoted each year in the EUMC Annual Reports is the immigrant or minority unemployment rate, which in 2006, as in previous years, was higher among minorities in most member states.

While most member states do not record ethnic or national origin in their official statistics, almost two-thirds provide statistics from which the rates of unemployment of 'citizens of countries from outside the EU' can be compared to those of 'citizens of Member States.' In Belgium the highest unemployment rates amongst all groups are those for Turkish and Moroccan nationals (45 percent for males, 56 percent for females) compared to the 10 percent unemployment rates for Belgian nationals. In the Netherlands, of all the non-Western immigrant groups, unemployment among Moroccans was the highest at 20 percent. Research in Austria in

2006 showed that the concentration of third-country nationals in insecure work is not explained by lower levels of education. Almost 50 percent of people with origins outside the EU are overqualified for their jobs.

In France, a 2005 study of the immigrant population in Ile-de-France – where nearly 40 percent of this population lives – concluded that the active immigrant population is more affected by unemployment and work insecurity than the population as a whole. And a report by the Swedish Board of Integration concludes that in Sweden there is still a major difference in the rate of employment between natives and foreign-born. Irrespective of age, level of education, civil status, or the time spent in the country, the gap remains, particularly for people from Asia and Africa.

Headscarf-wearing women discriminated against:

Several of the cases and incidents of alleged discrimination relate specifically to headscarves. Policies regarding prohibiting or allowing the use of the headscarf at work vary tremendously between member states, and also vary within a member state when a decentralized political structure leaves such policies to be decided at a regional level.

In Austria six Muslim women were told that they had to wear specific caps for hygienic reasons when working for a retail chain. When they refused to take off their scarves they were threatened with the cancellation of their unemployment benefits and their health insurance. The ban was lifted after the Federal Labour Market Service intervened.

Education and its problem areas:

The 2006 data points to an increased public and political awareness as regards discrimination and related inequalities in education in the EU. The rising number of political and civil society initiatives that counter discrimination in education is cited as a clear indicator of this development.

At the same time, however, many of the governmental anti-discrimination and support programs are not as effective as they could be, according to the report. Measures and projects in EU member states not only suffer from chronic

under funding, but also from a range of other problems undermining their effectiveness.

The most notable problem in the area according to the report is that full access to education is not ensured. Most member states have legal regulations that guarantee school education for asylum seekers and undocumented migrants, only in theory. Full and proper access to education for these groups however, is not always there. There is an increasing number of programs to support the Roma and help decrease both segregation and discrimination. But in many EU states equal opportunities in education are still not provided because of insufficient program funding.

According to the report, there is a widening of the educational gap in member states as well. Overall low performance in education is still often seen as a deficiency on the part of the student and not seen as a challenge the education system needs to tackle.

Although many migrants experience and perceive discrimination toward them in the context of receiving an education, there is inadequate data collection in this area. The report said only four of the 27 member states, Germany, France, the Netherlands and the United Kingdom, have so far established national, regional and local mechanisms to collect data in this area. The lack of available information on racist incidents in the area of education limits the member states' ability to counteract it, according to the report.

The neglect by member states to provide minorities with adequate education in their mother tongue is also cited as problematic. Mother tongue education programs have experienced severe funding cuts and do not receive adequate political support. On the other hand member states are doing a better job of introducing and implementing intercultural education. The report, however, said teachers are not adequately trained in this area or in how to deal with students who speak foreign languages. Although more teachers from migrant or minority backgrounds are hired across Europe, the report said the numbers are still low.

Discrimination and segregation in housing:

A pattern in housing discrimination has emerged, distinguished by the ongoing housing disadvantages for migrants and Roma. Roma are

increasingly segregated and it is difficult to assess the real dimension of discrimination, thus it's harder to address these problems, according to the report.

Disparities in housing between migrants and nationals have been pervasive. These are evident from: differing housing standards between migrants and nationals, occupancy rates, quality of facilities and concentration of poorer housing areas. These factors have contributed toward clustering of migrants in areas where mechanisms of social exclusion are at work. In particular, the Roma segregation remains the biggest problem according to the report. They often experience forced evictions and relocations. Their precarious living situation and levels of unemployment only further marginalize them.

The low number of registered complaints, however shows an anomaly in contrast with the evidence of research that show discrimination. The report explained many cases remain unreported. Portugal and Sweden have devised large-scale programs to address the housing inequality of migrants.

Racist violence and crime persist:

Racist violence and crime remains a serious social problem across the EU according findings of the report. In this area once more lack of data persists as they are not properly reported. The reports on violence and malpractice against vulnerable minorities by state agents – police, immigration and border control personnel continue to disturb.

Of 11 member states for which sufficient criminal justice data exists, different trends are noted: Eight of the 11 states experienced an upward trend in racist crime: Denmark, Germany, France, Ireland, Poland, Slovakia, Finland and the UK. On the other hand, Czech Republic, Austria and Sweden showed a downward trend.

The data used in the report is the result of an ongoing data collection exercise that involve European Racism and Xenophobia Information Network (RAXEN) composed of National Focal Points (NFPs) in each member states. The European Monitoring Centre on Racism and Xenophobia (EUMC) developed RAXEN in 2000.

Call for awareness raising:

Dimitrakopoulos, explained that one of the key issues at stake is the lack of knowledge on the equality legislation among residents of the EU. “It is important to note that although the race equality directive has been included in the legislation of many member states, in certain states it is not really used.

There is also evidence that the equality legislation is not adequately known in certain member states,” he noted. According to Dimitrakopoulos, member states are obliged to

introduce and put into place the legislation. But they should also carry out information campaigns to inform the public about their rights. “There needs to be more grass-roots awareness raising in member states. Also our equality bodies, which are monitoring the implementation of the equality directive closely, should have adequate resources, funding and staff. [TOP](#)

Fonte:

<http://www.turkishdailynews.com.tr/article.php?enewsid=82087> – 29.08.07

Xenofobia y racismo

Arnaldo Córdova

Paris será toujours Paris, la plus belle ville du monde, rezaba una vieja canción francesa de los años treinta. Sí, París será siempre París, la ciudad más bella del mundo. La primera vez que vine a París, en diciembre de 1961, aquí sólo había franceses y una multitud de turistas extranjeros, no obstante que era pleno invierno. No vi negros ni árabes. Cuando, después de varias visitas, ya en los años 70, comencé a ver un montón de argelinos y negros barriendo las calles, limpiando cloacas y cargando pesados bultos en los negocios y en las estaciones, me pregunté qué estaba pasando. Ya en los 80 la presencia de africanos y vietnamitas era multitudinaria y en los recientes años, dependiendo de los barrios de las ciudades en las que he estado, me doy cuenta de que son incluso mayoría frente a los franceses de piel blanca.

En realidad, jamás he necesitado mayores explicaciones: el capital necesita mano de obra y, si es barata, mejor, y la toma de donde la hay. En los 60 vi una enorme cantidad de italianos, españoles, yugoslavos y otros trabajando aquí. Luego dejaron de venir y comenzaron a llegar los africanos. Los franceses creyeron que sólo los utilizarían y, luego, luego ya se vería. Pues ahora se ve. Dependiendo de las cifras que se manejan, se puede decir que, hoy, un buen 20 por ciento de la población francesa, la mayor parte de ella nacida aquí, es de origen africano (magrebí o subsahariana). En la municipalidad en la que vive mi hija con su esposo francés, Montreuil, creo que más de la mitad de sus

habitantes son magrebíes o malianos (de Malí). Y, ahí por lo menos, viven muy bien y los vecinos de los míos son muy gentiles, solidarios y, podría decirse, buenos franceses.

Mi hija vive en Francia desde hace unos siete años. Ella y mi yerno siempre me informan de la materia, porque saben que me interesa. Muchas veces he ido con ellos y, a veces, sin ellos, a las barriadas pobladas por africanos. Y no sólo en París. Mi yerno es del sur de Francia, de Grenoble, y tiene una vasta parentela por todo el sur, incluida Lyon, ciudad en la que vi una enorme población africana. Pues por todos lados pude observar los enormes contrastes que ha creado la presencia de esta gente en el país. Desde luego que ya resulta impactante ver a tantas personas de color en medio de una población mayoritariamente blanca. Pero es que entre la misma gente de color se notan contrastes abrumadores. Muchos son de cuello blanco y corbata y pueden ser hasta ejecutivos de empresa. Pero en el Metro uno nota que la mayoría constituye una población abiertamente discriminada.

Por supuesto que en este país hay muchísima gente nacida aquí que proviene de otras nacionalidades. Uno puede intuirlo por los apellidos: italianos (muchísimos), eslavos, alemanes (sin contar a la población germánica de Alsacia y Lorena), griegos y judíos (el actual presidente de Francia, Nicolas Sarkozy, por ejemplo). Pero con los blancos es otro asunto.

El problema hoy son los africanos, magrebíes o magrebinos, como se prefiera (que no todos son árabes) y negros del sur del Sáhara. Ellos son el problema. Me gusta platicar con la gente a dondequiera que voy y esta vez he recogido testimonios escalofriantes: los franceses, me he convencido, odian a los africanos. Desde que vive aquí mi hija tengo la oportunidad de venir dos o tres veces al año y cada vez encuentro las cosas mucho peor de lo que las vi la ocasión anterior.

Antes los franceses simplemente despreciaban a los extranjeros, porque los consideraban "inferiores" o "vulgares", sobre todo si se trataba de británicos o gringos. Ahora, hasta mis amigos se preguntan frente a mí, "¿por qué demonios no se quedan en sus casas?" Claro que luego me tienen que explicar que no se refieren a mí. Para ellos la verdadera plaga son los africanos. ¿Por qué no se quedaron en Africa? Por razones muy simples: los europeos colonialistas, entre los que destacaron los franceses, depredaron Africa hasta convertirla en un erial, luego se vieron forzados a dejarla independiente, no sin antes hacer fuego, como los franceses en Argelia; luego, necesitados de mano de obra barata, los trajeron sin medir las consecuencias; después se encontraron con que millones de sus hijos ya eran franceses por nacimiento y es ahora que no los quieren y desean devolverlos a Africa.

Mi amada Francia muchas veces me revuelve el estómago. Siempre he adorado la elegante discreción de los franceses (que en los ingleses, entre los que viví un año, es pura fatuidad). Ahora, conviviendo con ellos en los cafés y los restaurantes o en las plazas, me encuentro que siempre se refieren en un momento dado a los

indeseables, los magrebinos y los negros africanos que quisieran fuera de su país. "¿Por qué tenemos que soportar esto?", es una pregunta constante. "¿Por qué no se regresan a sus desiertos y a sus junglas?" Eso me alarma. Nunca como antes me sentí tan extraño en esta tierra. No sé por qué ahora siempre tengo que aclararle a la gente que yo no soy africano ni asiático. Eso, lo confieso, me da una vergüenza deprimente. Ni yo ni Africa ni Francia nos merecemos eso.

Si alguien quiere preguntarse por qué la derecha está ganando todas las elecciones de modo tan abrumador, ahí tiene una respuesta. Con Sarkozy los franceses creen haber encontrado a un tipo rudo que sabe en dónde radica el verdadero problema de Francia, lo que ha provocado su retraso en el desarrollo económico y el hecho de que ahora comience a ser una pobre quinta potencia mundial, cuando llegó a ser la cuarta indiscutible. El problema son los africanos y sus hijos nacidos en Francia que se llevan una buena feta de la riqueza del país, por los derechos que a sus padres y a ellos el malhadado Estado de bienestar ha tenido que otorgarles.

Me llevo de Francia, ya de regreso a casa, después de casi un mes de ausencia, el amor de mi hija, de mi gentil yerno y de mis adorados nietecitos, nacidos franceses. Espero que a ellos no los alcance el furor de la xenofobia y del racismo que hoy ha enfermado tan profundamente al pueblo francés. ¡Qué pena!

TOP

Fonte:

<http://www.jornada.unam.mx/2007/07/22/index.php?section=politica&article=025a1pol> – 22.06.07

Nueva oleada xenofóbica en EU

La capital, Virginia y Maryland, escenarios de actos de violencia contra migrantes

DAVID BROOKS

Nueva York, 4 de mayo. A la sombra del Capitolio y de la Casa Blanca, donde continúa debatiéndose la "reforma migratoria", el clima de violencia hacia trabajadores extranjeros se agudiza con la presencia de hombres armados, actos de provocación y hasta ataques contra

centros comunitarios latinos, denunciaron defensores de derechos humanos.

Anoche se trató de incendiar un centro de trabajo de jornaleros en Gaithersburg, Maryland. Esto se da en el contexto de una creciente oleada xenofóbica. Basta recordar que en la marcha de migrantes del pasado primero de mayo, en

Washington, fue detenido un hombre armado vinculado con grupos antindocumentados, informó Ricardo Juárez, coordinador de Mexicanos Sin Fronteras, agrupación con presencia en la capital, Virginia y Maryland.

Las cercanías del edificio en el cual está ubicado el centro de trabajo de jornaleros fueron rociadas con gasolina, pero las llamas se extinguieron antes de extenderse al inmueble. "Sospechamos que los responsables están vinculados con grupos antimigrantes, que cada vez están operando más activamente en esta región", comentó el activista en entrevista con La Jornada.

El martes, durante una marcha de unos mil trabajadores por los barrios de Washington, convocada por Mexicanos Sin Fronteras como parte de las movilizaciones en defensa de los migrantes a nivel nacional, apareció un individuo sospechoso, que buscó provocar a los participantes.

Juárez le arrebató un panfleto que resultó ser propaganda de acciones contra migrantes en la frontera. La policía detuvo al individuo, que al parecer estaba armado. Más tarde, un arsenal fue descubierto en su casa. Algunos lo han identificado como miembro de la organización Minutemen, aunque las pesquisas sobre el caso aún no concluyen.

Estos hechos de violencia no son incidentes aislados, advirtió Juárez. En centros laborales de jornaleros en Woodbridge y Culpepper, Virginia, los trabajadores han sido objeto de constantes provocaciones. Desde automóviles en marcha,

individuos les toman fotos y los insultan, mientras otros latinos han sufrido intentos de intimidación por hombres que fingen ser agentes de seguridad pública, se presentan sin identificación y emplean vehículos que no son oficiales.

Mientras tanto, las actividades de Minutemen y otras organizaciones afines se difunden públicamente. Por ejemplo: se organizó una campaña llamada Ayuda a Salvar a Manassas, en esa ciudad de Virginia, encabezada por un sujeto que ha hecho blanco de sus ataques a Mexicanos Sin Fronteras. "Están proliferando estos grupos", alertó Juárez.

Estos incidentes xenofóbicos "se dan en un contexto en el cual las políticas locales sobre migración y el efecto de los planes federales en ese rubro se combinan en un inquietante caldo de cultivo", comentó Juárez.

Estas acciones, añadió, se justifican con el argumento de la llamada "seguridad nacional". Señaló que las propuestas legislativas de reforma migratoria -ahora bajo análisis- incluyen más acciones de seguridad que, de cierta manera, "legalizan el uso de la violencia contra los latinos".

Juárez planteó que los incidentes de violencia, aunados al clima generado por el debate político sobre migración, son "sumamente preocupantes" para la comunidad latina en la capital estadounidense y en otras entidades. [TOP](#)

Fonte:

<http://www.jornada.unam.mx/2007/05/05/index.php?section=mundo&article=044n1mun> - 05.05.07

Discriminación y duros trabajos disminuyen remesas de mexicanos

Este año se prevé un aumento de uno por ciento en esos recursos, según encuesta del Fomin. Cae monto de dinero, pero crece el número de envíos porque se elevó cantidad de inmigrantes

Washington, 8 de agosto. El porcentaje de mexicanos que envía dólares con regularidad a su país cayó de 71 a 67 por ciento, debido a que muchos inmigrantes se quejan de condiciones de vida y trabajo más difíciles y de discriminación, reveló el BID.

La caída fue más pronunciada en estados donde la inmigración es un fenómeno más reciente y donde el porcentaje de mexicanos que envía

dinero a su país se precipitó de 80 a 56 por ciento, de acuerdo con el Banco Interamericano de Desarrollo (BID).

"En los estados 'nuevos' casi medio millón de inmigrantes han dejado de enviar dinero a casa", señaló Donald Terry, gerente del Fondo Multilateral de Inversiones (Fomin), la agencia del BID que realizó el sondeo entre 900

inmigrantes mexicanos y centroamericanos en junio.

“Eso quiere decir que durante el último año unos 2 millones de personas en México perdieron una fuente vital de ingresos”, subrayó. Los estados “tradicionales” de la migración latinoamericana son California, Nueva York, Florida, Texas, Nueva Jersey, Illinois, Arizona, Nuevo México, Colorado, Nevada y el Distrito de Columbia. Los estados “nuevos” son los 40 restantes del país.

El sondeo mostró que el envío de remesas desde estados “tradicionales” no registró caídas similares, toda vez que pasó de 68 por ciento a 66 por ciento, es decir, dentro del margen de error de la encuesta realizada por el experto Sergio Bendixen.

A pesar de ello, las cifras del Banco de México muestran que las remesas totalizaron 23.1 mil millones de dólares en 2006 y se proyecta sean de 23.4 mil millones de dólares en 2007, un aumento de uno por ciento, según los encuestadores.

Bendixen explicó que ello obedece a que, aun cuando se registra una caída proporcional del número de remitentes, el número absoluto de envíos es mayor porque ha aumentado la presencia de mexicanos en Estados Unidos en el último año.

El encuestador añadió que los inmigrantes mexicanos que residen en los estados “nuevos” – como Nevada, Georgia o las Carolinas – mencionaron a los encuestadores una amplia variedad de dificultades que incluso los han

hecho pensar en regresar a México en los próximos cinco años.

Entre las dificultades, los mexicanos enumeraron la falta de documentación legal, la educación formal, un aumento de la discriminación y el sentimiento antinmigrantes en muchos estados.

El 30 por ciento de los inmigrantes mexicanos declaró que la discriminación es “el mayor problema” que enfrenta en Estados Unidos. Por comparación, esa cifra era menor a 5 por ciento en 2004 en una encuesta similar.

De la misma forma, 82 por ciento de los mexicanos y 84 por ciento de los centroamericanos señaló que cada vez es más difícil obtener un empleo bien remunerado. Las dificultades económicas han hecho que una proporción sin precedentes de mexicanos considere regresar a su país en los siguientes cinco años, explicó Bendixen.

En los estados tradicionales, 22 por ciento de los mexicanos dijo que se imagina de regreso a su país en cinco años y 12 por ciento está pensando hacerlo. En los estados nuevos, la cifra asciende a 31 por ciento y 20 por ciento, de manera respectiva.

Terry señaló sin embargo que no existe en el momento evidencias de que los mexicanos en Estados Unidos –calculados en 10.4 millones de personas por el Centro Hispano Pew– hayan empezado a regresar a su país en números significativos. [TOP](#)

Fonte:

<http://www.jornada.unam.mx/2007/08/09/index.php?section=economia&article=022n1eco&partner=rss> – 09.08.07

Enfrentan inmigrantes creciente ola de discriminación, abuso y xenofobia: ONU

Celebran en la sede del organismo mundial el Día Internacional de los Migrantes. Decenas de organizaciones piden en EU respeto a derechos humanos de indocumentados

DAVID BROOKS CORRESPONSAL

Una embarcación con 127 inmigrantes que pretendían llegar del sur de Senegal a las islas Canarias naufragó después de 13 días en el mar, informó la guardia costera. Sólo 25 indocumentados fueron rescatados (algunos en la imagen), los demás están desaparecidos Foto: Ap Nueva York, 18 de diciembre. Nunca antes en

la historia tanta gente tuvo que decirle adiós a tanta gente.

Hoy la Organización de Naciones Unidas celebró el Día Internacional de los Migrantes; el secretario general saliente Kofi Annan destacó en su discurso que cada vez son más los migrantes explotados, abusados, víctimas de

xenofobia, racismo y discriminación, e instó a los países miembros a sumarse a la Convención de Protección de Derechos de Migrantes (sólo 34 estados lo han hecho hasta la fecha).

La ONU calcula que 195 millones de personas han emigrado de sus países en busca de una vida mejor. Ellos enviaron aproximadamente 167 mil millones de dólares en remesas a sus países de origen, cifra que supera por mucho el total de la asistencia internacional oficial.

"Hoy, más gente que nunca en la historia es afectada por la migración internacional. Trabajemos juntos para que esta tendencia mundial beneficie a todos los implicados: a los países de origen y destino, y a los migrantes", afirmó Annan.

"El nuestro es un siglo de viajes obligados... un siglo de desapariciones", escribió John Berger en un ensayo hace unos años. "En este tiempo la gente ha viajado por todo el mundo en una escala sin precedente desde que se establecieron los primeros pueblos... Pero en gran medida, los viajes se han hecho bajo coerción. Desplazamientos de poblaciones enteras. Refugiados por hambrunas o guerra. Ola tras ola de emigrantes por razones políticas o económicas, pero siempre tratando de sobrevivir".

La Alta Comisionada para Derechos Humanos de la ONU, Louise Arbour, declaró hoy que "la realidad para muchos migrantes se traduce en explotación, exclusión, discriminación, abuso y violencia que en su conjunto son amplias violaciones de los derechos humanos".

Pero todas estas declaraciones son de poco consuelo para los cientos de niños que vieron desaparecer a sus padres en las redadas en seis estados en este país la semana pasada, donde casi mil 300 trabajadores migrantes fueron detenidos y tratados como delincuentes y "amenazas" a la seguridad nacional.

El New York Times opinó hoy en un editorial que redadas y muros no resolverán el problema de los 12 millones de migrantes indocumentados en este país. Además, señaló, si se multiplicaran las redadas como las de la última semana, la economía estadounidense no podría aguantar el impacto. "La reforma migratoria comprensiva es buena para la economía, ofreciendo a empresas

acceso a una fuerza laboral segura y estable. Es buena para la seguridad nacional, permitiendo a las autoridades perseguir los criminales reales y dejar en paz a los trabajadores honestos. Y es bueno para los trabajadores migrantes a través del país, aterrizados por las redadas del martes, quienes sólo desean continuar haciendo su trabajo, sin importar qué tan duro o poco deseable sea".

Hoy en unas 25 ciudades decenas de organizaciones en favor de una reforma comprensiva y en demanda del reconocimiento de los derechos fundamentales de todo migrante, realizaron diversas actividades, informó la Red Nacional Pro Derechos de Inmigrantes y Refugiados. La red emitió una declaración nacional endosada por casi 140 organizaciones en demanda del respeto de los derechos de los migrantes.

"Las políticas de control migratorio de Estados Unidos no propone nada nuevo; sólo representan la receta para un desastre aún mayor para los derechos humanos", afirmó Isabel García, recién galardonada con el Premio Nacional de Derechos Humanos de México y copresidente de la Coalición de Derechos Humanos con sede en Tucson. (Para mayor información sobre acciones en Estados Unidos realizadas en torno al Día Internacional del Migrante, visite www.nnirr.org).

John Sweeney, presidente de la central obrera AFL-CIO emitió una declaración en torno del Día Internacional de los Migrantes en la cual insta al gobierno estadounidense a respetar los derechos humanos y civiles de los trabajadores migrantes y sus familias. Advirtió que los derechos laborales de los migrantes han quedado en gran medida fuera del debate político sobre una reforma migratoria en este país. Señaló que un programa de trabajadores huésped favorecido por las empresas sólo resultará en mayor explotación de trabajadores y creará una "clase secundaria de trabajadores que deprimirán las normas de trabajo para todos los trabajadores". Por lo tanto, subrayó la necesidad de endosar la Convención sobre Migrantes de la ONU que otorga derechos plenos a todo trabajador migrante en este país. [TOP](#)

Fonte:

<http://www.jornada.unam.mx/2006/12/19/index.php?section=mundo&article=034n1mun> – 19.12.06

Piden a Bush combatir mito de "inmigrantes criminales"

Más de 130 expertos y activistas de inmigración instaron hoy al presidente de Estados Unidos, George W. Bush, y al Congreso a que combatan el mito de que los inmigrantes causan un aumento de la delincuencia en este país.

En una carta enviada a Bush, sociólogos, criminólogos y demás expertos en ciencias sociales, pidieron que los políticos, tanto a nivel estatal como federal, estudien cambios en las leyes de inmigración "con fundamento en los hechos y no en argumentos falsos".

Los expertos se quejaron de que muchas veces los extranjeros se convierten en "chivos expiatorios" por los problemas sociales que afligen a la nación y, por consiguiente, "los mitos y estereotipos, en vez de los hechos, sirven de base a erradas políticas migratorias con demasiada frecuencia".

Los expertos aseguraron que los estudios más recientes sobre la inmigración y su impacto en los índices de criminalidad destacan lo que se sabe de sobra: "los inmigrantes son menos propensos a cometer delitos o a ir a la cárcel que los nacidos" en Estados Unidos.

Ese fenómeno resulta cierto incluso en ciudades con alta concentración de inmigrantes, como Los Ángeles (California), Nueva York, Chicago (Illinois), y Miami, así como en ciudades de la franja fronteriza entre Estados Unidos y México, agregaron.

Dos de esos estudios fueron realizados conjuntamente por el Centro sobre Política Migratoria (IPC) y por sociólogos de las universidades de Michigan y Harvard.

Según el estudio del IPC, a cargo de los sociólogos Ruben Rumbaut, Walter Ewing, y Robert Sampson, el índice de crímenes violentos en Estados Unidos ha disminuido a su nivel más bajo aun cuando la inmigración ha registrado incrementos históricos.

Los expertos se quejaron de que la cultura popular, en particular el cine, las series de televisión y los reportajes de prensa de corte sensacionalista "continúan propagando la eterna imagen de comunidades migrantes plagadas de crímenes y violencia".

"Esta creencia generalizada simplemente es falsa", continuó la misiva, firmada por expertos de las universidades más prestigiosas del país. La carta fue enviada después de que el jueves pasado fracasara en el Senado un proyecto de ley de reforma migratoria que hubiese permitido la legalización de la población indocumentada en EU.

El proyecto fracasó cuando los partidarios de la medida no lograron reunir los 60 votos mínimos necesarios para limitar el debate y someterla a una votación definitiva. El consenso es que ahora la reforma migratoria tendrá que esperar al menos hasta después de las elecciones presidenciales en Estados Unidos en 2008.

La derrota de la medida fue un revés político para Bush, que contaba con su aprobación para sentar un legado en una de sus prioridades legislativas de su segundo y último mandato.

[TOP](#)

Fonte:

<http://www.lacronica.com/EdicionEnLinea/Notas/Internacional/02072007/249586.aspx> - 02.07.2007

El Ku Klux Klan resurge en Estados Unidos

Según un estudio de la Liga Anti Difamación el grupo racista ha reaparecido ante el creciente flujo de inmigración latina

Estados Unidos asiste al resurgimiento del Ku Klux Klan, grupo racista que aboga por la supremacía de la raza blanca, debido al creciente flujo de inmigración latina que recibe el país, según un estudio aparecido esta semana.

El Ku Klux Klan (KKK), grupo que vivió un gran apogeo en Estados Unidos en los años veinte y treinta gracias a su antisemitismo y odio a la población negra, parece estar despertando de un letargo que le ha mantenido casi inactivo durante

los últimos años para cargar todas sus armas contra una nueva inmigración: la hispana.

Ésta es la mayor conclusión a la que ha llegado un informe publicado esta semana por la Liga Anti Difamación, organización dedicada al seguimiento de las actividades de los grupos racistas en EEUU, que ha hecho saltar las alarmas en un país en el que la inmigración se ha convertido en un punto controvertido de la agenda política.

"Si hay un tema que se pueda relacionar con el resurgimiento del Ku Klux Klan es el debate sobre la inmigración en Estados Unidos", ha asegurado Deborah Lauter, directora de la Liga Anti Difamación, quien asegura que el KKK responsabiliza a los inmigrantes, especialmente a los latinos, de la inseguridad ciudadana y de robar los empleos de los estadounidenses.

Indumentaria neonazi

El informe destaca que el resurgimiento de la triple K, aún reciente en la memoria de muchos estadounidenses, se manifestó de manera especial en 2006, cuando se registraron mayores movimientos de células del grupo y el surgimiento de nuevas hermandades en lugares de EEUU donde nunca habían estado presentes.

Según la Liga Anti Difamación, el KKK ha revivido en lugares del sur del país, bastión de la organización durante años, pero ha aparecido en estados donde su actividad era nula como Michigan, Iowa, Pennsylvania o Nueva Jersey, donde su unión con organizaciones de ideología neonazi se ha hecho patente en los últimos meses.

El informe asegura que los nuevos miembros del KKK han adaptado su indumentaria y sus rituales a los de grupos neonazis e, incluso, participan juntos en las denominadas "marchas por la unidad" en contra de las comunidades de inmigrantes.

Los hispanos en el punto de mira

Ni los judíos, ni la población de raza negra, ni los católicos; parece que esta vez son los hispanos los que centran buena parte de los ataques del KKK en los últimos meses, ya que esta comunidad se ha convertido en la más importante numéricamente entre los recién llegados a Estados Unidos.

"No nos extraña. Los actos de racismo contra hispanos son una realidad. Los grupos de supremacía blanca siempre han atacado a una inmigración que consideran del tercer mundo, inculta y que puede acabar con su civilización", ha explicado el director del Comité de Inmigración de la Alianza del Liderato Latino de Nueva Jersey, Mahonry Hidalgo.

Hidalgo ha recordado algunos los actos violentos en contra de hispanos, especialmente los episodios acontecidos en algunos puntos de Nueva Jersey, donde ha habido "manifestaciones en contra de los hispanos en que los asistentes portaban banderas confederadas y cruces esvásticas, y tras las que se dejaban folletos racistas en las puertas de los hogares latinos".

El informe también alerta de los nuevos métodos propagandísticos que el Ku Klux Klan, que ahora utiliza internet, "como nueva arma para extender el racismo" y para captar nuevos miembros y comunicarse entre ellos. En la red se pueden encontrar multitud de páginas relacionadas con la formación racista e incluso se puede tener acceso a una emisora de radio digital -KKK Radio, dirigida por una organización que se hace llamar 'Caballeros del Imperio'- que emite propaganda antisemita y racista. [TOP](#)

Fonte:

http://www.elpais.com/articulo/internacional/Ku/Klux/Klan/resurge/Estados/Unidos/elpeuint/20070210elpeuint_1/Tes - 10.02.07

Centros para migrantes: ¿cárceles?

Mariam Moruno

Todos sabemos que actualmente la inmigración es una de las cuestiones principales en el orden del día de la Unión Europea. El Parlamento

Europeo ha comenzado a debatir una propuesta de "directiva referente a las normas y procedimientos comunes aplicables en los

Estados miembros para el retorno de los nacionales de países terceros en situación de residencia ilegal". Dicha propuesta concierne a todos los nacionales de países terceros que residan ilegalmente en un Estado miembro y no toma en consideración las razones de su situación irregular.

El contenido de la propuesta deja claro que la Comisión está adoptando un enfoque represivo de la regulación del "fenómeno de la migración", concentrándose en "la lucha contra la inmigración ilegal". Incluye muchos puntos objetables, en particular, la institucionalización de la detención administrativa en centros de detención temporal. Con esta legislación dicha detención podría ser extendida hasta un máximo de seis meses.

Las condiciones en los centros de detención temporal de migrantes son muy similares a las que imperan en las prisiones, y a veces incluso peores. Después de haber visitado estos centros, ONG, agencias internacionales, delegaciones parlamentarias y periodistas han denunciado la iniquidad, la deshumanización y la degradación de estos lugares, donde se violan con frecuencia los derechos humanos y las libertades fundamentales y los migrantes son víctimas de violencia.

Bandas y racismo

Los enfrentamientos entre grupos de jóvenes, españoles por un lado y latinoamericanos por otro, producidos estos días en Alcorcón, cerca de Madrid, y que se saldaron con varios heridos, uno muy grave, han de considerarse un síntoma muy serio de realidades sociales que no deberían ser subestimadas por nadie, Empezando por las autoridades. Independientemente de la naturaleza de la chispa que encendió la hoguera, lo cierto es que el fuego alcanzó proporciones alarmantes, con un componente xenófobo que no puede ser ignorado.

Esa localidad de 160.000 habitantes ha vivido en los últimos meses diferentes episodios de violencia protagonizada por bandas latinas. Se trata de un fenómeno muy extendido en los suburbios de algunas urbes latinoamericanas, en los que, frente a la impotencia de las instituciones, reina la ley del barrio impuesta por

La detención administrativa es jurídicamente absurda, impone sanciones penales (detención) por delitos administrativos, como la entrada irregular en el territorio nacional o la simple expiración de visados y permisos de estancia. Dado que la "detención administrativa temporal" puede ser extendida a seis meses, ya no se puede seguir calificándola de "temporal".

Este instrumento no permite mantener bajo control la migración ilegal y también es ineficaz para la identificación de migrantes. Los centros de detención temporal son, con frecuencia, estructuras gestionadas de manera poco clara, donde se suele denegar la entrada a las organizaciones de derechos humanos y de migrantes.

En los 25 Estados miembros hay 178 centros de detención temporal y se han construido otros en países candidatos o vecinos. Ante esta barbarie, ¿terminaremos teniendo a las personas inmigrantes cómo en la película Hijos de los hombres? [TOP](#)

Fonte:

http://www.elpais.com/articulo/opinion/Centros/migrantes/carceles/elpporopi/20070424elpepiopi_9/Tes - 24.04.07

bandas juveniles. Probablemente, es la concentración de población inmigrante en la periferia de Madrid, en ocasiones con estructuras próximas al gueto, lo que está propiciando el traslado mimético de ese tipo de comportamientos.

Estos comportamientos indican que algo está fallando en las políticas de integración de los inmigrantes, y en particular de los adolescentes, en las estructuras sociales (escuela, deporte y ocio) y en las pautas culturales que fundan la convivencia. Cuanto menor es la capacidad de integración, mayor es el atractivo de esas bandas sobre unos jóvenes ansiosos de identidad y de líderes. De entrada, hay que cortar las prácticas delictivas con los procedimientos propios de cualquier país civilizado: una acción policial severa pero proporcionada en defensa de los ciudadanos que se encuentran sometidos a

abusos de hecho, como impedirles acceder a determinadas actividades o lugares que las bandas controlan con criterios mafiosos. Y además, en defensa de las políticas de integración, porque nada interfiere tanto en ellas como la impunidad de quienes vulneran la ley y abusan de los demás.

Pero no basta con tales medidas. Ciudades europeas como Barcelona o Génova han abordado políticas de prevención del fenómeno de las bandas latinas que hasta el momento parecen dar buenos resultados. En el caso de Barcelona, el diálogo ha dado lugar a un plan de integración impulsado desde el Ayuntamiento que ha permitido su articulación como asociación cultural, con el compromiso de renuncia a la violencia.

La otra cara del problema es la respuesta que se ha generado en la población autóctona, también

violenta y con un componente racista, y extendida con ayuda de mensajes por teléfono móvil. El hecho de que grupos numerosos de jóvenes así convocados hayan intentado tomarse una supuesta justicia por su mano, poniendo tanto ahínco en eludir la contención policial como en perseguir a los adversarios, indica igualmente que algo muy grave está ocurriendo entre nosotros. Es sabido que cuando este tipo de chispas saltan siempre hay pirómanos dispuestos a atizarlas, alentando los más bajos instintos de jóvenes y adolescentes. Algunas convocatorias por SMS para repetir los enfrentamientos violentos tienen un fuerte acento xenófobo. Y esto es algo que tampoco puede tolerar una sociedad civilizada. [TOP](#)

Fonte:

http://www.elpais.com/articulo/opinion/Bandas/racismo/elppopi/20070123elpepiopi_1/Tes - 23.01.07

Prossimi numeri della Rassegna MIGRAZIONI NELL'ATTUALITÀ:

- Dicembre 2007 – Migrazioni forzate: Rifugiati
- Marzo 2008 – Migrazioni Internazionali: Leggi Migratorie
- Giugno 2008 – Economia e migrazioni: Sviluppo / rimesse

Próximos números da Resenha MIGRAÇÕES NA ATUALIDADE:

- Dezembro 2007 – Migrações forçadas: Refugiados
- Março 2008 – Migrações Internacionais: Legislações
- Junho 2008 – Economia e Migrações: Desenvolvimento / remessas

Next up dates our MIGRATION REVIEW:

- December 2007 – Forced migration: Refugees
- Marzo 2008 – International Migration: Laws
- June 2008 – Economy and migrations: Development / remittance

Próximos números de la Reseña MIGRACIONES EN LA ACTUALIDAD:

- Diciembre 2007 – Migraciones forzadas: Refugiados
- Marzo 2007 – Migraciones Internacionales: Leyes
- Junio 2008 – Economía y Migraciones: Desarrollo / remesas

Títulos da Resenha Migrações na Atualidade

1. BRASIGUAIOS
2. EMIGRAR - Opção ou necessidade
3. OS EXPULSOS DA TERRA
4. MIGRAÇÕES E TRABALHO
5. LEIS E MIGRAÇÃO
6. MIGRAÇÕES NORDESTINAS
7. JOVENS MIGRANTES
8. MIGRAÇÕES INTERNAS: Aspectos vários
9. DESEMPREGO
10. VÍTIMAS DO RACISMO
11. MORADIA: Direito de todos
12. FAVELAS: Migração da dignidade humana
13. FOME E MISÉRIA
14. LATINO - AMERICANOS EM MIGRAÇÃO
15. A FAMÍLIA
16. TRABALHO ESCRAVO
17. SOS: Pequenos sem lar
18. REFUGIADOS
19. EXCLUÍDOS - Um clamor à justiça e a solidariedade
20. MULHER MIGRANTE - Solidariedade e acolhida
21. SEM – TERRAS
22. DIREITOS HUMANOS - Violação e defesa
23. TERRA E MIGRAÇÃO
24. MIGRANTES EM SITUAÇÃO IRREGULAR
25. CRIANÇAS, ADOLESCENTES E TRABALHO
26. CF /97 E AS MIGRAÇÕES
27. MIGRANTES E AS RELAÇÕES DE TRABALHO
28. VIOLÊNCIA CONTRA MIGRANTES.
29. PELA DIGNIDADE DO MIGRANTE
30. DESEMPREGO EM ALTA
31. EDUCAR É PRECISO
32. SECA AUMENTA O VAIVÉM DE MIGRANTES
33. ANISTIA A ESTRANGEIROS EM SITUAÇÃO ILEGAL
34. SEM TRABALHO ... por quê?
35. DESAFIOS DA MIGRAÇÃO frente ao novo milênio
36. O MIGRANTE É VÍTIMA !...
37. REFUGIADOS: desafio à solidariedade
38. DIGNIDADE HUMANA E PAZ - CF/2000
39. XENOFOBIA
40. TRÁFICO HUMANO - a escravidão moderna
41. CRIANÇAS E ADOLESCENTES na armadilha da globalização
42. DROGAS, uma ameaça à VIDA.
43. MULHERES: Protagonistas ou excluídas?
44. MIGRANTES e Conflitos armados
45. RETRATO SOCIAL dos MIGRANTES.
46. POVOS INDÍGENAS, resgate de uma civilização.
47. ALIMENTAÇÃO é um direito humano. Por que tanta fome?
48. IMIGRANTE: rejeitado, mas indispensável!
49. ÁGUA: fonte de segurança alimentar.
50. PESSOAS IDOSAS: dignidade e esperança.
51. A MERCANTILIZAÇÃO DO SER HUMANO
52. EMIGRAÇÃO: As lutas de brasileiros e brasileiras no exterior.
53. DISCRIMINAÇÕES: o ser humano ferido.
54. MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: rumos e desafios.
55. MIGRAÇÕES: culturas e integração.
56. REFUGIADOS: novos desafios na conjuntura atual.
57. TRÁFICO DE SERES HUMANOS: negação da dignidade.
58. MIGRAÇÕES: leis insuficientes e políticas migratórias discriminatórias.
59. MIGRAÇÕES E DESENVOLVIMENTO.
60. XENOFOBIA: o migrante como ameaça. Por quê?
61. RELIGIÕES: força e fragilidade dos migrantes
62. MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: novos fluxos e políticas seletivas
63. POBREZA produz migração. Migração contrasta a pobreza?
64. CAMINHOS E DESCAMINHOS DA INTEGRAÇÃO
65. POVOS EM FUGA: os/as deslocados/as
66. CRIMINALIZAÇÃO DOS MIGRANTES E VIOLÊNCIA NO CONTEXTO MIGRATÓRIO: desafios
67. MIGRAÇÕES E TRABALHO: valorizar a contribuição e erradicar a exploração
68. MIGRAÇÕES E CULTURA: como superar a discriminação?